

# Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB Senado Federal

2021-2025



# SENADO FEDERAL

## COMISSÃO DIRETORA

Senador Rodrigo Pacheco  
**PRESIDENTE**

Senador Veneziano Vital do Rêgo  
**PRIMEIRO VICE-PRESIDENTE**

Senador Romário  
**SEGUNDO- VICE-PRESIDENTE**

Senador Irajá  
**PRIMEIRO-SECRETÁRIO**

Senador Elmano Férrer  
**SEGUNDO-SECRETÁRIO**

Senador Rogério Carvalho  
**TERCEIRO-SECRETÁRIO**

Senador Weverton  
**QUARTO-SECRETÁRIO**

Senador Jorginho Mello  
**PRIMEIRO-SUPLENTE**

Senador Luiz do Carmo  
**SEGUNDO-SUPLENTE**

Senadora Eliziane Gama  
**TERCEIRO-SUPLENTE**

Senador Zequinha Marinho  
**QUARTO-SUPLENTE**

---

Ilana Trombka  
**DIRETORA-GERAL**

Gustavo Afonso Sabóia Vieira  
**SECRETÁRIO-GERAL DA MESA**



# Instituto Legislativo Brasileiro – ILB

## **Diretor Executivo**

Leonardo Augusto de Andrade Barbosa

## **Coordenador Geral**

Luís Fernando Pires Machado

## **Coordenador Administrativo e Financeiro**

Cláudio Alves Cavalcante

## **Coordenador de Capacitação, Treinamento e Ensino**

Ronaldo Luiz Leite Oliveira

## **Coordenador de Educação Superior**

Fabio Renato Da Silva

## **Coordenador de Planejamento e Relações Institucionais**

David Varchavsky

## **Coordenador de Tecnologia de Informação**

João Henrique Gouveia

## **Escritório Setorial de Gestão do ILB**

Rosa Maria Gonçalves Vasconcelos

## **Serviço de Apoio Técnico**

Carlos Eugenio Varella Escosteguy



**LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Organograma do Senado Federal	19
Organograma do ILB	40
Execução de Despesas de Capacitação - 2021	41
Execução de Despesas de Capacitação - 2020	42
Execução de Despesas de Capacitação - 2019	43
Execução de Despesas de Capacitação - 2018	44
Execução de Despesas de Capacitação - 2017	45
Execução de Despesas de Capacitação - 2016	46
Titulação dos Professores do ILB	52
Resultados da 2ª Edição dos Grupos de Estudos e Pesquisas Acadêmicas	66
Situação das metas do eixo Ensino/Pesquisa/Inovação	97
Situação das metas do eixo Corpo Docente	99
Situação das metas do eixo Processos Internos	101
Situação das metas do eixo Corpo Técnico	104
Situação das metas do eixo Infraestrutura	105



## SUMÁRIO

<b>Apresentação</b>	4
Histórico	4
Base legal	15
Base de Atuação	17
Autonomia Didático-Pedagógica	23
Planejamento e Desenvolvimento Institucional	23
Missão do Senado Federal	23
Missão do Instituto Legislativo Brasileiro	24
Visão do Senado Federal	24
Visão do Instituto Legislativo Brasileiro	24
Valores	24
Princípios	26
Objetivos / Metas do ILB	27
Ações Previstas	32
Instrumento de Avaliação (CPA)	32
Participação da comunidade acadêmica	33
Ações de Avaliação	34
Avaliação de Expectativa	34
Avaliação de Reação	35
Avaliação de meio de semestre	36
Avaliação dos colaboradores	36
Divulgação de Resultados (da autoavaliação e avaliações externas)	37
Gestão Institucional	38
Organização Institucional (autonomia e representatividade)	38
Sistema de Registro Acadêmico	44
Comunicação Interna e Externa	46
Corpo Social	47
Política de capacitação docente – incentivo à participação em eventos de qualificação docente	47
Política de formação do corpo administrativo	48
Política de apoio aos estudantes	48
Política de incentivo à realização de eventos internos e produção discente	49
Processo de Seleção de docentes	49
Titulação do corpo docente	50
Desenvolvimento Profissional	50
Política de Capacitação e Desenvolvimento (atualização curricular, avaliação dos cursos, combinação de modalidade semipresencial se previsto no PDI)	58
Incentivo à pesquisa	59



Apoio aos estudantes (apoio psicopedagógico)	66
Acompanhamento de egressos	67
Ações de avaliação	67
Processo seletivo discente	69
Infraestrutura	69
Instalações Administrativas (dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação)	69
Salas de aula	70
Auditórios e espaços complementares para ações educacionais	70
Espaço para atendimento aos discentes	72
Infraestrutura destinada à CPA	72
Instalações sanitárias	72
Biblioteca	73
Biblioteca – acervo virtual	75
Serviço de informatização de acesso aos acervos	75
Plano de atualização do acervo	76
Livraria do Senado Federal	77
Laboratórios	77
Tecnologia da Informação	79
Espaço de convivência	80
Acessibilidade	81
Ações socioambientais do Senado Federal	83
Relatório de Metas do PDI 2016-2020	92



# 1. Apresentação

## 1.1. Histórico

O Senado Federal vem desenvolvendo atividades educacionais para a formação, a profissionalização, a atualização e o aperfeiçoamento de seu quadro de servidores desde 1970. Inicialmente, por meio do Serviço de Seleção e Aperfeiçoamento de Pessoal; depois, pelo Centro de Formação e Administração Legislativa (CEFAL), transformado, em seguida, no Centro de Desenvolvimento de Recursos Humanos do Senado Federal (CEDESEN) e, substituído a partir de 1997, pelo Instituto Legislativo Brasileiro (ILB).

Desde então, o ILB tem oferecido para servidores da Casa e de órgãos conveniados: a) cursos presenciais de formação e capacitação; b) educação a distância para o Poder Legislativo nas esferas federal, estadual e municipal e para a sociedade em geral, utilizando metodologia própria e diversas mídias, tais como *internet*, vídeo (transmitidos pelo Canal ILB), TV e Rádio Senado; e c) outras atividades de ensino.

Diante dos novos paradigmas impostos pela modernidade, pela ciência e pela tecnologia, em qualquer sociedade o ensino superior é responsável por depositar e criar conhecimento, além de ser o principal instrumento para transmissão de experiências culturais e científicas. Tendo em vista essa demanda, em 2001, foi criada a Universidade do Legislativo (Unilegis), iniciando-se a oferta de educação superior, com a realização de cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* (especialização), em parceria com instituições de ensino superior, especialmente, públicas.

Essas parcerias formaram 230 (duzentos e trinta) especialistas: a) pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), em três turmas do Curso de Especialização em Direito Legislativo; b) pela Universidade de Brasília (UnB), em uma turma do Curso de Especialização em Administração Legislativa, uma de Especialização em Análise da Constitucionalidade e uma de Especialização em Gestão de Tecnologia da Informação. Nos anos de 2007-2008, outra parceria com a Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (UFMS) permitiu a implementação de três turmas de Especialização em Ciência Política, Comunicação e Direito.

Entre os anos de 2008 a 2013, o ILB atuou basicamente nas ações de treinamento presencial, semipresencial e a distância. Naquele período o corpo técnico, pedagógico e administrativo foi capacitado para requerer, junto ao Ministério da Educação, autorização para o oferecimento e certificação de cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*. Essa



autorização foi emitida em 07 de fevereiro de 2013, por meio da Portaria nº 96 do Ministério da Educação (MEC).

No ano de 2014, com o ILB credenciado pelo MEC para oferecer cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*, foi firmada uma parceria entre o Tribunal de Contas da União (TCU), por meio do Instituto Serzedello Corrêa (ISC), o Ministério do Planejamento, a Controladoria Geral da União (CGU) e a Câmara Legislativa do Distrito Federal para a implementação do curso de Especialização em Orçamento Público. Essa edição do projeto educacional foi concluída em julho de 2017, formando 41 servidores públicos, oriundos destes cinco órgãos.

Outras iniciativas, por meio de parceria, para capacitação de servidores públicos em Pós-graduação *Lato Sensu* foram implementadas em 2017, como o Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos, realizado pelo ILB em conjunto com as escolas de governo do Tribunal de Contas da União, da Câmara dos Deputados e com a Universidade da Organização das Nações Unidas (ONU), por meio do Instituto Latino-Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e Tratamento do Delinquente (ILANUD).

Também em 2017, o TCU, o CEFOR e o ILB implementaram o Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Avaliação de Políticas Públicas. Em 2018, foi firmada uma parceria entre o ILB e o Tribunal Superior Eleitoral para o oferecimento do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Democracia, Direito Eleitoral e Poder Legislativo.

Dois ações mais destacadas, advindas dos processos de auto avaliação, foram a implementação, em 2016, dos grupos de estudos acadêmicos e dos cursos de extensão. Naquele ano, foram selecionados três grupos de estudo e, no processo seletivo de 2018, foram selecionados outros oito grupos de estudo e pesquisas acadêmicas.

Além das atividades típicas do ensino superior, foram realizados ciclos de conferências, seminários, debates e palestras, abertos ao público, objetivando o aprimoramento dos procedimentos legislativos e o estudo de questões estratégicas ligadas ao desenvolvimento do País.

Com o intuito de continuar a estimular a produção de conhecimentos técnicos especializados, foram publicados dois números da Revista de Informação Legislativa do Senado Federal com os trabalhos produzidos pelos alunos das duas primeiras turmas do Curso de Especialização em Direito Legislativo e da primeira turma do Curso de Especialização em Análise da Constitucionalidade. Cada número da revista continha 21 artigos. Além disso, todas as monografias aprovadas pelas bancas examinadoras dos





cursos de especialização possuem versão digital, estando disponíveis para consulta pública por meio do sítio institucional (<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/14>) da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado Federal.

Em fevereiro de 2016, os cursos de Pós-graduação entraram em seu primeiro ciclo avaliativo. Em outubro de 2017, o ILB recebeu a comissão externa de avaliação do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e, por meio da Portaria MEC nº 721, de 27 de julho de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 30 de julho de 2018, o ILB foi recredenciado, ficando autorizado a prosseguir com os cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* presenciais e a implementar cursos do mesmo nível a distância, por um período de cinco anos.

A grande experiência educacional adquirida, especialmente nos últimos dez anos; a excelência no atendimento às necessidades dos servidores; e o aumento da demanda por formação continuada em nível de Pós-graduação na área legislativa, administrativa, de controle e eleitoral, por exemplo, levaram o Senado Federal a oferecer os seguintes cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*, de extensão e minicursos:

- **Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Direito legislativo**, início em agosto de 2013 e conclusão em outubro de 2014, com 37 alunos formados;
- **Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Administração Legislativa**, início em agosto de 2013 e conclusão em outubro de 2014, com 38 alunos formados;
- **Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Comunicação Legislativa**, início em fevereiro de 2014 e conclusão em agosto de 2015, com 27 alunos formados;
- **Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Ciência Política**, início em abril de 2014 e conclusão em setembro de 2015, com 28 alunos formados;
- **Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Direito Legislativo**, início em agosto de 2015 e conclusão em dezembro de 2016, com 38 alunos formados;
- **Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Orçamento Público**, início em fevereiro de 2016 e conclusão em março de 2017, com 43 alunos formados. Trata-se de iniciativa conjunta do ILB/Senado Federal, do Tribunal de Contas da União (TCU), da Controladoria Geral da União (CGU), da Secretaria de Orçamento Federal (SOF) do Ministério do Planejamento e da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF);
- **Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Análise de Constitucionalidade**, início em dezembro de 2016 e conclusão em julho de 2018, com 29 alunos formados;



- **Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Avaliação de Políticas Públicas**, início em novembro de 2016 e conclusão em maio de 2018, com 23 alunos formados;
- **Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão Integrada de Projetos**, início em dezembro de 2016 e conclusão em julho de 2018, com 23 alunos formados;
- **Curso de Extensão em Legislação e Processo Político**, início em setembro de 2017 e conclusão em dezembro de 2017, com 15 alunos formados;
- **Curso de Extensão em Comunicação, Legislativo e Sociedade**, início em setembro de 2017 e conclusão em dezembro de 2017, com 24 alunos formados;
- **Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos**, início em abril de 2018 e conclusão em novembro de 2019, com 31 alunos formados;
- **Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Tecnologia da Informação Aplicada ao Poder Legislativo**, início em abril de 2018 e conclusão em setembro de 2019, com 20 alunos formados;
- **Curso de Extensão em Mídias Sociais e Poder Público**, início em abril de 2018 e conclusão em julho de 2018, com 28 alunos formados;
- **Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Democracia, Direito Eleitoral e Poder Legislativo**, início em agosto de 2018 e conclusão em maio de 2020, com 33 alunos formados;
- **Curso de Extensão em Contas Públicas**, início em outubro de 2020 e conclusão em dezembro de 2020, com 37 alunos formados;
- **Curso de Extensão em A Defesa Nacional e o Poder Legislativo**, início em setembro de 2020 e conclusão em dezembro de 2020, com 48 alunos formados;
- **Curso de Extensão em Mídias Sociais e o Poder Público**, início em abril de 2021 e conclusão em junho de 2021, com 57 alunos formados;
- **Curso de Extensão em Defesa Nacional e Poder Legislativo**, início em abril de 2021 e conclusão em julho de 2021, com 30 alunos certificados;
- **Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Orçamento Público**, início em abril de 2021 e previsão para conclusão em outubro de 2022, com 42 alunos matriculados;
- **Minicurso sobre o papel do parlamento na política externa**, com edição em português contou com a participação de membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) com um total de 55 alunos;



- **Minicurso sobre o papel do parlamento na política externa**, com edição em inglês contou com a participação de 67 alunos oriundos de diferentes países e representações diplomáticas;
- **Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Direito Parlamentar e Poder Legislativo**, início em novembro de 2021, com projeto pedagógico do curso, desenvolvido pelo ILB com o apoio da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). O curso possui 50 vagas, sendo 27 para servidores efetivos e comissionados do Senado Federal e 23 vagas para órgãos parceiros.

Além das ações educacionais em nível superior, o ILB tem forte papel na formação continuada dos servidores do Senado Federal. Nesse sentido, as atividades de ensino desenvolvidas nessa área voltam-se ao aprimoramento dos procedimentos legislativos e ao estudo de questões estratégicas ligadas ao desenvolvimento do País. Envolve a realização ou promoção de ciclos de conferências, seminários, debates e palestras, abertos ao público e transmitidos por videoconferência para todas as Assembleias Legislativas, Prefeituras, Câmaras Municipais e outros órgãos similares, a exemplo da Assembleia Nacional Popular de Guiné-Bissau e do ParlaSul, promovendo a disseminação ampla e democrática de conhecimentos.

Os cursos e outras ações de disseminação do conhecimento, que estão voltados para atendimento das demandas peculiares do Legislativo, adequam-se, assim, à política maior de educação, treinamento e desenvolvimento do elemento humano ligado ao processo legislativo, à administração pública e à sociedade.

No tocante à disseminação do conhecimento para a sociedade, o ILB disponibiliza gratuitamente 30 (trinta) cursos EAD sem tutoria (reconhecidos como MOOC – *Massive Open Online Courses*), com cargas horárias variando de 6 horas/aula a 60 horas/aula. Nesses cursos, o processo pedagógico ocorre de forma assíncrona, sem a presença de um professor, onde o próprio aluno acompanha o seu desenvolvimento pedagógico por meio da interação com o material didático, realização das atividades e participação nos fóruns da comunidade. Segue a relação atual de cursos oferecidos:

- Assédio Moral e Sexual no Trabalho (6 horas/aula)
- Cerimonial no Ambiente Legislativo (40 horas/aula)
- Conhecendo o Novo Acordo Ortográfico (20 horas/aula)
- Desenvolvimento de Equipes (10 horas/aula)



- Dialogando sobre a Lei Maria da Penha (60 horas/aula)
- Direito Administrativo para Gerentes do Setor Público (35 horas/aula)
- Doutrina Política: Liberalismo (20 horas/aula)
- Doutrina Política: Novas Esquerdas (20 horas/aula)
- Doutrina Política: Social-democracias (20 horas/aula)
- Doutrina Política: Socialismo (20 horas/aula)
- Estado e Organização da Sociedade Civil: MROSC (20 horas/aula)
- Ética e Administração Pública (40 horas/aula)
- Excelência no Atendimento (20 horas/aula)
- Fundamentos da Integração Regional: O Mercosul (40 horas/aula)
- Gestão Estratégica com foco na Administração Pública (40 horas/aula)
- Introdução ao Controle Interno (40 horas/aula)
- Introdução ao Direito Constitucional (40 horas/aula)
- Introdução ao Direito do Consumidor (40 horas/aula)
- Introdução ao Orçamento Público (40 horas/aula)
- Lei de Acesso à Informação (parceria Senado/UFMG) (12 horas/aula)
- O Poder Legislativo (40 horas/aula)
- O Poder Legislativo Municipal no Brasil (20 horas/aula)
- Ouvidoria na Administração Pública (parceria CGU/ILB) (20 horas/aula)
- Ouvidoria no Ambiente Legislativo Municipal (35 horas/aula)
- Política Contemporânea (60 horas/aula)
- Processo Legislativo Federal (45 horas/aula)
- Processo Legislativo Regimental (25 horas)
- Relações Internacionais: Teoria e História (60 horas/aula)
- Siga Brasil – Relatórios (10 horas/aula)
- Transparência Legislativa (40 horas/aula)

Atualmente, os cursos na modalidade a distância são geridos pelo Serviço de Ensino a Distância (SEED), subordinado à Coordenação de Capacitação, Treinamento e Ensino (COTREN) do ILB, e estão divididos em dois grandes grupos, quais sejam: cursos com e sem tutoria.

O ILB disponibiliza para o seu público interno, 2 (dois) cursos com tutoria, com carga horária de 60 horas/aula cada. Nesses cursos, um professor tutor é responsável pela condução do processo pedagógico, que se organiza em torno do material didático e de diversas atividades interativas, como fóruns temáticos e avaliações dissertativas. São eles:



- Análise de Impacto Legislativo (60 horas/aula)
- Redação e Técnica Legislativa (60 horas/aula)

Atualmente, o SEED desenvolve e atualiza os cursos sem tutoria sobre “Direito Eleitoral” e “Licitações e Contratos Administrativos”; bem como os cursos dirigidos à Formação de Colaboradores Educacionais - Mediação de Aprendizagem em EAD.

Em outra frente de trabalho, o ILB desenvolve ações educacionais em regime de colaboração com órgãos internos do Senado Federal, como, por exemplo, a exitosa parceria com a Diretoria-Geral e a Secretaria de Recursos Humanos do Senado Federal, que resultou, de 2011 a 2012, na realização do Programa de Desenvolvimento Gerencial – PDG. Esta iniciativa, com duração de 20 horas/aula, foi um curso presencial voltado para os servidores com função de chefia. Entre as disciplinas ofertadas no programa, deve-se destacar “Comunicação Eficaz”, “Desenvolvimento de equipes”, “Administração de conflitos” e “Gestão de projetos”. Ao todo 299 participantes foram beneficiados com o curso.

O PDG evoluiu para o PFG - Programa de Formação Gerencial, iniciado em 2015. A matriz curricular do PFG compreende os componentes curriculares Senado Sistêmico; Planejamento e Organização; Liderança; Ferramentas de Competência e Liderança; Formação, Desenvolvimento e Gestão de Equipes e Gestão do Conhecimento. Complementarmente, está à disposição dos participantes um Painel enfocando a Responsabilidade Socioambiental no Senado Federal, tratando temas como Sustentabilidade, Acessibilidade, Equidade de Gênero e Raça, Assédio Moral e Sexual no Trabalho.

Cabe destacar que o PFG é uma estratégia de capacitação gerencial permanente e evolutiva com o objetivo de desenvolver o corpo funcional do Senado Federal para atender os objetivos estratégicos da Casa. O PFG está estruturado em três ciclos, com o seguimento de fluxo de capacitação gradual, e é oferecido a todos os servidores efetivos da Casa.

Ações educacionais como o PFG e outras que têm foco na capacitação para o público interno são oferecidas nas modalidades presenciais, híbridos e/ou remotos, por meio do Serviço de Treinamento (SETREINA), também subordinado à COTREN. Todos os cursos livres são formulados a partir da aplicação de metodologia de Levantamento de Necessidades de Treinamento (LNT), realizado em conjunto com as unidades administrativas/legislativas do Senado Federal, dando origem ao Plano Anual de Capacitação dos Servidores do Senado Federal (PCASF). De posse de todos esses dados,



o SETREINA realiza seleção de colaboradores educacionais e oferta os cursos eleitos e elencados no PCASF anual.

Nos últimos anos, no rol de iniciativas já desenvolvidas, foram ofertados, por exemplo, os cursos abaixo discriminados:

- *Softwares: Adobe Audition, InDesing, Photoshop, Premiere*
- *Softwares: Microsoft Word, Excel, PowerPoint*
- Processo Legislativo e Regimento Interno
- Redação Oficial
- Medidas Provisórias
- Secretariado Executivo
- Sistema de Gestão Arquivística e Documental – SIGAD
- Gestão de Projetos
- Liderança e Empoderamento para Mulheres
- Sustentabilidade no Setor Público
- Defesa Pessoal para Mulheres
- Gestão de Riscos
- Gestão e Fiscalização de Contratos
- Assessoria de Imprensa
- Sistemas de Gestão de Gabinetes Parlamentares: GEGAB, TRAMITA, AGEPAR
- Comunicação Interna
- Conselho de Ética e Decoro Parlamentar
- Controle de Constitucionalidade
- *Feedback*
- Indexação
- Libras
- Liderança e Negociação
- Nova Lei de Licitações e Contratos
- Previdência no Setor Público

Além da oferta de cursos, o SETREINA, em parceria com a Secretaria de Gestão de Pessoas, promove o Programa de Reflexão para a Aposentadoria (PRA), por meio de *workshops*, encontros e palestras sobre saúde, finanças pessoais e reflexões sobre aposentadoria.



O ILB possui ainda a importante missão de gerir o Programa Interlegis, que atua junto às Casas Legislativas e tem por objetivo fortalecer o Poder Legislativo brasileiro por meio do estímulo à modernização, integração e cooperação das casas legislativas, nas esferas federal, estadual e municipal. Para isso, disponibiliza gratuitamente vários produtos e serviços para as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais, como oficinas, aulas ao vivo, atendimento exclusivo para implantação e implementação de produtos e serviços, assessoramento legislativo nos marcos legais, serviços de hospedagem de sítios e manutenção na comunidade de práticas dos Grupos Interlegis de Tecnologia (GITEC) e de Assessoramento Legislativo (GIAL).

As ferramentas desenvolvidas pelo Programa Interlegis que mantêm credibilidade no País possibilitando a criação de sítios para a *internet* personalizados para câmaras municipais (Portal Modelo); seu armazenamento no *datacenter* do Prodasen (hospedagem); a identificação adequada das casas legislativas nos endereços eletrônicos (domínio “.Leg”); e a automação do processo legislativo por meio do Sistema de Apoio ao Processo Legislativo (SAPL) e suas constantes atualizações. Em 2020, o lançamento do novo portal permitiu que o Programa facilitasse a formalização de parcerias, a oferta de produtos e serviços, bem como estabelecesse um canal permanente e atualizado com outras casas legislativas, por meio do sítio <https://www12.senado.leg.br/interlegis> .

Ressalta-se ainda que, em consonância com a filosofia de colaboração, o Programa Interlegis mantém o portal colaborativo - Colab, com o intuito de desenvolver e compartilhar programas e redigir, de forma colaborativa, documentos de base. Os três grupos de colaboração em funcionamento, por meio dos quais são compartilhados conhecimentos, práticas e documentos relativos aos programas e produtos oferecidos no âmbito da iniciativa são o Grupo Interlegis de Tecnologia (GITEC), o Grupo Interlegis de Comunicação (GICOM) e o Grupo Interlegis de Assessoria Legislativa (GIAL).

Atualmente, as casas legislativas conveniadas, por meio de acordos de cooperação técnica (ACT), podem ter acesso a uma gama de produtos e serviços ofertados no portfólio do Programa<sup>1</sup>. Para aderir ou renovar a relação de parceria, a casa legislativa necessita encaminhar sua documentação a partir das orientações descritas no sítio <https://www12.senado.leg.br/interlegis/produtos/como-solicitar>.

<sup>1</sup>Verificado o portfólio nas abas produtos, oficinas e cursos no sítio: <https://www12.senado.leg.br/interlegis/>



Com vistas a gerir a relação de parceria com as instituições com ACT vigente, o Interlegis gerencia e desenvolve um sistema próprio, em parceria com o Prodasen, denominado Sistema de Informações Gerenciais do Interlegis (SIGI). Desse modo, o histórico de cada câmara de vereadores ou assembleia legislativa atendida é registrado e acompanhado virtualmente, pela equipe do Programa, permitindo uma gestão integrada do relacionamento interinstitucional.

O Programa Interlegis, ao longo de sua história, em seu papel de articulador e integrador institucional, tem atuado direta ou indiretamente na realização de encontros nacionais e regionais, na realização de palestras proferidas por parlamentares e na abordagem de temas emergentes de interesse das casas legislativas locais ou estaduais. Além disso, possui algumas publicações próprias, a exemplo da Cartilha do Vereador<sup>2</sup> (2019) e a Revista Conecta Legis<sup>3</sup> (2020).

Os principais eventos ligados à história do ILB/Interlegis podem ser vislumbrados na seguinte linha do tempo<sup>4</sup>:

#### **1997 – Criação do ILB e Programa Interlegis separadamente.**

O Programa Interlegis foi criado a partir de um projeto, encampado pelo Centro de Processamento de Dados do Senado Federal, o qual promoveu a instalação de Internet a uma centena de casas legislativas municipais.

#### **1999 – Primeiro contrato do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) com o Programa Interlegis.**

Com o lançamento do Interlegis I, a partir do acordo de empréstimo com o BID para financiamento parcial da inclusão digital de casas legislativas de nível local, em torno de 3 mil câmaras de vereadores receberam treinamento e equipamentos de TI. Ademais, as Assembleias Legislativas, a Câmara Legislativa do Distrito Federal e o Tribunal de Contas da União foram contemplados com salas equipadas com estrutura tecnológica de videoconferência.

#### **2000 – Início do Programa de Modernização do Legislativo no Interlegis.**

<sup>2</sup> <https://www12.senado.leg.br/interlegis/comunicacao/publicacoes-1/cartilha-do-vereador/>

<sup>3</sup> <https://www12.senado.leg.br/interlegis/comunicacao/publicacoes-1/revista-conectalegis/revista-conecta-legis-1a-edicao/>

<sup>4</sup> Informações extraídas parcialmente do sítio <https://www12.senado.leg.br/interlegis/sobre/historia>





**2002 – Início dos cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* no ILB através de parcerias com instituições de ensino superior.**

**2002 - Criação da Plataforma Saberes.**

A partir da utilização da tecnologia Moodle, a Saberes tornou-se, gradativamente, o ambiente virtual de aprendizagem adotado pelo Senado Federal.

**2005 - Realização do I Censo do Legislativo.**

Ao todo, 5589 casas legislativas estaduais e municipais participaram. O Censo permitiu evidenciar a organização das câmaras municipais e assembleias legislativas e suas condições estruturais de atuação.

**2006 - Lançamento do Projeto Piloto de Modernização (PPM).**

A iniciativa, que durou dois anos, permitiu implantar ações destinadas aos temas centrais do Interlegis, quais sejam: “tecnologia, informação, capacitação e comunicação”. Foram beneficiadas 100 casas legislativas, as quais receberam equipamentos de TI e conexão à Internet ao longo de 12 meses. Formou-se, a partir de então, a “Comunidade Virtual do Poder Legislativo”.

**2009 - Origem do Interlegis II e do Projeto de Modernização Legislativa (PML).**

Com a nova fase do Programa Interlegis, o objetivo de constituição do e-parlamento foi alicerçado na análise diagnóstica de 354 casas legislativas, bem como na realização de convênios com 3380 instituições. Observou-se, nesse período, o avanço das casas legislativas nos temas de interesse do Interlegis.

**2013 – Fusão do ILB, da Unilegis e do Programa Interlegis.**

Este foi um ano em que a Secretaria Especial do Interlegis, a qual geria o Programa Interlegis, passou a integrar a estrutura do Instituto Legislativo Brasileiro, o que significou a mudança de tutela do Programa para o próprio ILB. Neste mesmo ano, a mudança estrutural nas áreas educacionais do Senado também abarcou a Universidade do Legislativo, que transferiu suas competências à Coordenação de Educação Superior do ILB.

**2013 – Credenciamento junto ao MEC e fim do contrato com o BID.**

Em 8 de fevereiro de 2013, é publicada a Portaria do Ministério da Educação N° 96 de 07 de fevereiro de 2013, credenciando a Escola de Governo do Senado Federal, ILB, pelo período de três anos, para a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em regime presencial.

**2015 - Início do Interlegis III.**



Nesta fase, o Programa Interlegis passa a atuar também na promoção de mais participação cidadã por meio da difusão de ferramentas como o e-Democracia, que permitem mais interatividade e ampliação da atuação das Casas Legislativas. Também assume-se como um dos focos prioritários do Programa o tema sustentabilidade.

**2016 - Criação dos primeiros Grupos de Estudo e Pesquisas Acadêmicas do ILB (GEPA).**

**2017 - Processo de Avaliação Externa do ILB para fins de recredenciamento.**

Em outubro deste ano, o ILB recebe a visita da comissão de avaliação externa indicada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Durante três dias, foram feitas visitas *in loco*, análises documentais, reuniões e entrevistas com membros do público interno e externo do Instituto.

**2018 - Recredenciamento junto ao MEC e 2ª edição dos GEPA.**

Em 30 de fevereiro de julho de 2018, é publicada a Portaria do Ministério da Educação N° 721, de 27 de julho de 2018, credenciando a Escola de Governo do Senado Federal, ILB, pelo período de cinco anos, para a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em regime presencial e a distância. Também foi concluído neste ano o processo seletivo da 2ª edição dos GEPA, com a seleção de oito projetos internos.

**2020 - Atuação durante a pandemia.**

Diante dos desafios impostos pelo contexto sanitário, o Programa Interlegis, a área de Educação Superior e também a área de Treinamento e Capacitação passaram a migrar sua atuação para a modalidade híbrida ou remota, potencializando sua atuação, sem interromper a oferta do ensino.

**2021 - Criação do Panorama do Legislativo Municipal**

Com o propósito de concatenar as informações sobre as casas legislativas e promover o censo administrativo a partir de bases secundárias, o Instituto Legislativo Brasileiro desenvolveu, juntamente com o DataSenado, a ferramenta Panorama do Legislativo, que consiste em uma plataforma para visualização de dados públicos sobre as câmaras municipais de todo o Brasil.

## 1.2. Base legal

O fundamento para que o Instituto Legislativo Brasileiro tenha seu pleno funcionamento se encontra na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 39, § 2º, que determina que a "União, os Estados e o Distrito Federal



manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos". Com isso, faz parte das atribuições dos entes federados planejar ações que promovam a melhoria da qualidade, investindo em seus quadros de servidores públicos. O cumprimento da determinação constitucional tem sido a criação e o fortalecimento das escolas de governo nas esferas federal, estadual e municipal.

O Senado Federal, por meio do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), foi protagonista ao criar sua própria escola de governo no atendimento das demandas específicas de capacitação do pessoal do Legislativo e órgãos conveniados, tais como a Câmara dos Deputados, Tribunal de Contas da União, Câmara Legislativa do Distrito Federal, Organização das Nações Unidas, Tribunal Superior Eleitoral, Escola Superior de Defesa, Assembleias Legislativas e um grande número de Câmaras Municipais brasileiras, e até órgãos do Parlasul e Guiné Bissau. Então, em consonância com o que determina a Constituição pátria e atendendo ao conjunto de normas que regula a educação brasileira, o ILB, desde 1997, vem aperfeiçoando seu *modus operandi*, seja na oferta de cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*, de pesquisa e extensão, treinamentos gerenciais ao corpo de servidores do Senado Federal, e as oficinas do Programa Interlegis e em outras atividades presenciais e remotas, a usar diferentes tecnologias, a exemplo do ambiente virtual de aprendizagem Plataforma Saberes.

Desde o início das atividades realizadas pelo ILB e pelo Interlegis, verifica-se um crescente número de cidadãos qualificados em diversas áreas do conhecimento legislativo por meio de cursos livres, oferecidos presencialmente e a distância.

No âmbito interno, o ILB tem participado ativamente nos processos de aperfeiçoamento das contratações de cursos *in company* e também atua na busca por parcerias externas mediante contratação de empresas de capacitação para servidores em nível gerencial.

A cada novo ciclo avaliativo tem se percebido a melhoria dos cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* ofertados em áreas de domínio técnico do legislativo, conjugado com o intercâmbio cultural, acadêmico e profissional entre os diversos órgãos parceiros.

O marco regulatório das Escolas de Governo originou-se pelo Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, que criou o Sistema de Escolas de Governo da União (SEGU), instituindo-se a Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal (PNDP), posteriormente revogado pelo Decreto nº 9.991, de 2019, no tocante às licenças e afastamentos de servidores públicos que, por sua natureza dinâmica se encontra em



constante processo de adaptação das necessidades e direcionamento político, como por exemplo, o Decreto nº 9.991, de 2019 foi alterado pelo Decreto nº 10.506, de 2020.

A PNDP tem como objetivos a melhoria da eficiência, eficácia e qualidade dos serviços públicos prestados ao cidadão, o desenvolvimento permanente do servidor público, a adequação das competências requeridas dos servidores aos fins das instituições, contidas em seus planejamentos estratégicos, tais como o plano plurianual, a divulgação e gerenciamento das ações de capacitação, e a racionalização e efetividade dos gastos com capacitação, e tal aderência é cumprida pelo Senado Federal, conforme disposto no Plano de Capacitação Anual dos Servidores do Senado Federal (PCASF).

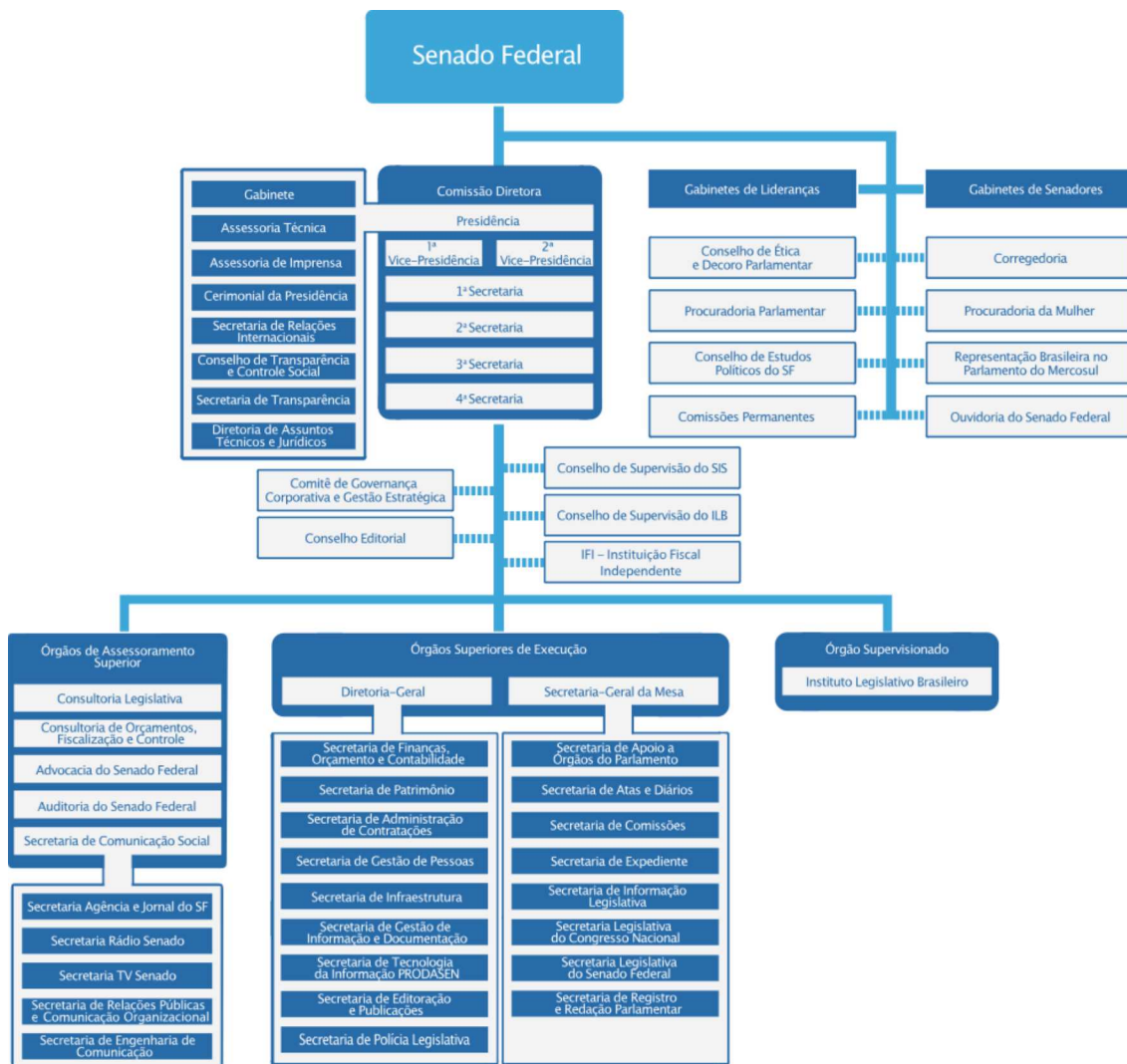
O Ministério da Educação (MEC), por meio da Portaria nº 96, de 7 de fevereiro de 2013, promoveu o credenciamento do ILB, permitindo-o oferecer cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*, inicialmente pelo prazo de 3 (três) anos. Desde então, o ILB passou a ofertar seus cursos com a necessária segurança normativa e institucional, lançando 4 (quatro) cursos inaugurais, quais sejam: Direito Legislativo, Administração Legislativa, Comunicação Legislativa e Ciência Política.

Em 2018, o ILB passou por um processo de credenciamento, no qual foi aprovado com Conceito Institucional (CI) 4, por meio da Portaria nº 721, de 30 de julho de 2018. Na ocasião, foi autorizado a ofertar cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* também na modalidade a distância.

### 1.3. Base de Atuação

O Regulamento Administrativo do Senado Federal (RASf) trata especificamente da organização, estrutura, funcionamento e abrangência do ILB, único órgão supervisionado do Senado Federal, conforme se pode observar no organograma apresentado abaixo:





A posição ocupada pelo ILB lhe resguarda a necessária autonomia pedagógica e institucional. No art. 238 do RASF fica estabelecido que compete ao Instituto Legislativo Brasileiro – (ILB) exercer as prerrogativas de Escola de Governo do Senado Federal. Isso consiste em gerir e executar a Política de Capacitação do Senado Federal, sendo necessário conceber, formular, executar e avaliar as ações de formação, treinamento e desenvolvimento de pessoas, considerando a diversidade de conhecimentos técnicos institucionalmente requeridos, e incluindo as dimensões estratégica, tática e operacional no que tange aos conhecimentos gerenciais.

É incumbência do ILB propor planos de capacitação, com o apoio das demais unidades do Senado Federal. Outra atribuição é promover e fomentar pesquisas científicas relacionadas ao Poder Legislativo e sua inter-relação com os demais poderes e instituições

democráticas, bem como disponibilizar o conhecimento produzido aos cidadãos por meio de cursos abertos e outras iniciativas. O parágrafo 1º do artigo 238 do RASF formaliza as atribuições acima descritas:

“§ 1º As ações de formação, treinamento e desenvolvimento de pessoas constarão de Plano de Capacitação Anual ou Plurianual, elaborado pelo Instituto Legislativo Brasileiro com base nas demandas de capacitação das unidades do Senado, e encaminhado ao Conselho de Supervisão do ILB, que se encarregará de aprová-los, na forma de Regulamento.”

Adiante, o § 3º do art. 238 apresenta os órgãos do ILB:

“§ 3º São órgãos do Instituto Legislativo Brasileiro:

- I – Conselho de Supervisão;
- II – Diretoria Executiva;
- III – Comitê Científico-Pedagógico.”

Quanto às atribuições dos órgãos do ILB, o art. 239 estabelece as competências do Conselho de Supervisão, conforme transcrito abaixo:

“Art. 239. Ao Conselho de Supervisão do ILB compete estabelecer a política de atuação do Instituto, cabendo-lhe editar diretrizes e normas para o exercício das competências do órgão supervisionado; propor ao Presidente do Senado Federal a indicação do Diretor Executivo; apreciar e submeter à aprovação da Comissão Diretora a previsão da despesa anual do ILB, para ser incluída no orçamento do Senado Federal; encaminhar à Comissão Diretora os balancetes, o balanço anual e a prestação de contas, inclusive o relatório anual de atividades; autorizar a celebração de contratos de aquisição ou locação de equipamentos; aprovar as tabelas de custos dos serviços executados pelo ILB, exercer outras atribuições relativas à formação de recursos humanos e ao intercâmbio nessa matéria que lhe venham a ser cometidas pela Comissão Diretora.

§ 1º O Conselho de Supervisão do ILB é integrado pelo Primeiro-Secretário ou representante por ele designado, que o presidirá, e pelos titulares da Diretoria-Geral, da Secretaria-Geral da Mesa, do Instituto



Legislativo Brasileiro e por representante designado pela Presidência do Senado Federal.

§ 2º A Chefia de Gabinete do ILB funcionará como Secretária do Conselho de Supervisão, competindo-lhe dar suporte administrativo e de recursos materiais ao funcionamento do Conselho. ”

No que diz respeito às atribuições e aos órgãos subordinados da Diretoria-Executiva do ILB, o artigo 240 define:

“Art. 240. À Diretoria Executiva compete executar a Política de Capacitação do Senado Federal e as ações do Programa Interlegis; propor as diretrizes que nortearão as atividades do ILB; submeter ao Conselho de Supervisão o plano anual de trabalho; celebrar contratos, acordos de cooperação e convênios em seu âmbito de competência; praticar todos os atos de gestão administrativa e financeira necessários ao funcionamento do ILB; representar e divulgar o ILB interna e externamente; e submeter ao Conselho de Supervisão o relatório anual de atividades e a prestação de contas.

§ 1º A Diretoria Executiva do ILB tem os seguintes órgãos subordinados:

- I – Gabinete Administrativo;
- II – Escritório Setorial de Gestão;
- III – Serviço de Apoio Técnico;
- IV – Coordenação Administrativa e Financeira
  - a) Serviço de Apoio Administrativo;
  - b) Serviço de Planejamento e Acompanhamento Financeiro;
  - c) Serviço de Contratos e Convênios;
- V – Coordenação de Capacitação, Treinamento e Ensino:
  - a) Serviço de Ensino à Distância;
  - b) Serviço de Treinamento;
- VI – Coordenação de Educação Superior:
  - a) Serviço dos Cursos de Pós-graduação;
  - b) Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão;
  - c) Serviço de Secretariado Acadêmico;



VII – Coordenação de Planejamento e Relações Institucionais:

- a) Serviço de Planejamento e Projetos Especiais;
- b) Serviço de Planejamento e Acompanhamento da Comunidade;
- c) Serviço de Formação da Comunidade;
- d) Serviço de Informação e Divulgação;
- e) Serviço de Atendimento à Comunidade do Legislativo;

VIII – Coordenação de Tecnologia da Informação:

- a) Serviço de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico;
- b) Serviço de Infraestrutura Tecnológica. ”

Frisam-se as funções da Coordenação de Educação Superior (COESUP) e de seus setores subordinados, conforme inciso VI do § 2º, art. 240 do RASF:

“VI – Coordenação de Educação Superior, à qual compete planejar, acompanhar, coordenar, orientar, controlar e avaliar a realização das atividades educacionais de Pós-graduação, de nível superior, e de extensão e pesquisa; promover e fomentar pesquisas científicas relacionadas ao Poder Legislativo e sua inter-relação com os demais poderes e instituições democráticas, bem como disponibilizar o conhecimento produzido aos cidadãos; e outras atividades correlatas, de acordo com os parâmetros definidos pela legislação vigente, com as seguintes unidades subordinadas:

a) Serviço dos Cursos de Pós-graduação, ao qual compete planejar, acompanhar, coordenar, orientar, controlar, avaliar e efetuar parcerias para a realização de cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto Sensu* de interesse do legislativo;

b) Serviço de Fomento à Pesquisa e Extensão, ao qual compete planejar, promover e avaliar pesquisas e atividades de extensão na área legislativa; coordenar e fomentar intercâmbios e parcerias com instituições de reconhecimento nacional e internacional; fomentar a geração e disseminação de conhecimentos relacionados à atividade legislativa e a produção de trabalhos acadêmicos de interesse do legislativo;





c) Serviço de Secretariado Acadêmico, ao qual compete organizar a gestão de educação superior e pesquisa, bem como de capacitação, treinamento e ensino, mediante a gestão do recebimento, registro, processamento de informações e dados da vida acadêmica dos professores e alunos, a guarda de documentos, a emissão de certificados e declarações;”

Por fim, o Comitê Científico-Pedagógico é descrito pelo art. 241 do RASF, ao qual compete deliberar e orientar assuntos acadêmicos e disciplinares de cunho pedagógico, tais como:

“I – aprovar e acompanhar os projetos pedagógicos e as atividades docentes, verificando suas coerências com as normas educacionais e as orientações do Ministério da Educação;

II – aprovar ou indicar novos ajustes às propostas de ementas dos módulos dos cursos de graduação e de Pós-graduação;

III – acompanhar permanentemente os processos de avaliação externos e internos, deliberando ações de ajustamento da gestão pedagógica às recomendações dessas avaliações;

IV – encaminhar às instâncias competentes do Senado Federal as solicitações para designação de servidores docentes, devidamente analisadas e aprovadas por esse Comitê;

V – apreciar os convênios de cooperação técnica de interesse do Senado Federal;

VI – homologar comissões examinadoras para os processos seletivos às vagas oferecidas nos cursos sob responsabilidade da Coordenação de Educação Superior;

VII – coordenar, regulamentar, acompanhar e avaliar as atividades relativas à emissão e ao registro de diplomas dos cursos sob a responsabilidade da Coordenação de Educação Superior.”



## 1.4. Autonomia Didático-Pedagógica

Em consonância com o que estabelecem os artigos 207 da Constituição Federal e 53 e 54 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB), Lei nº 9.394, de 1996, o ILB possui autonomia didático-pedagógica respaldada por relativas autonomias de gestão e financeira.

Segundo Gadotti (1997), a ideia de autonomia é intrínseca à ideia de democracia e cidadania. Neves (1996) afirma que a autonomia pode ser encontrada em três dimensões:

- Na **gestão/administração**, a autonomia da escola é relativa, pois depende das decisões políticas da alta administração, o mesmo ocorrendo com o ILB, que pertence à estrutura do Senado Federal, o qual possui a palavra final sobre as decisões tomadas;
- Nos seus **aspectos organizacionais**, pelos quais se pode obter resultados positivos ou negativos;
- Na **dimensão ético-profissional**, que resulta na atitude desejável em que as pessoas envolvidas nos processos educacionais não devem se curvar passivamente às deliberações da alta direção, principalmente quando o princípio da autonomia está em jogo. Esse princípio implica a necessidade da existência de um espaço de atuação descentralizada balizada pelo compromisso institucional recíproco das partes envolvidas na construção de soluções dialogadas.

O Senado Federal possui uma política de capacitação do seu pessoal e cabe ao ILB implementar boa parte das ações identificadas como úteis e necessárias. Além das atividades voltadas para o público interno, tem sido cada vez maior a promoção de ações educativas para parlamentares, servidores de outros órgãos e da sociedade.

## 2. Planejamento e Desenvolvimento Institucional

### 2.1. Missão do Senado Federal

Exercer a representação das Unidades da Federação e as funções legislativa e fiscalizadora, fortalecendo o modelo democrático federativo, incentivando a participação da sociedade e a integração dos Estados, e promovendo, com justiça social, a qualidade de vida do povo brasileiro.



## 2.2. Missão do Instituto Legislativo Brasileiro

Produzir, integrar e disseminar o conhecimento para aprimorar o Legislativo em benefício da sociedade.

## 2.3. Visão do Senado Federal

Ser referência de instituição legislativa reconhecida por sua excelência no exercício de suas funções constitucionais com a participação da sociedade, caracterizando-se como alicerce da democracia, da federação e do desenvolvimento sustentável, e reconhecida por sua excelência no exercício da governança e gestão pública.

## 2.4. Visão do Instituto Legislativo Brasileiro

Ser uma escola de governo de referência nacional na produção, difusão e articulação de saberes, técnicas e tecnologias para o Poder Legislativo nas esferas Federal, Estadual e Municipal.

## 2.5. Valores

Os principais valores do Senado Federal são:

- **Compromisso com o Parlamento:** devemos estar sempre comprometidos com a valorização do Poder Legislativo como fundamento da democracia, proporcionando aos parlamentares um ambiente adequado, caracterizado por qualidade, eficiência, presteza, harmonia, segurança e conforto, para que exerçam as funções que lhes cabem como representantes do povo. Temos também o dever de atender todas as pessoas e entidades que procuram o Senado com eficiência, urbanidade e presteza, tratando a todos com dignidade e respeito.
- **Compromisso com a Excelência na prestação de serviços públicos:** os responsáveis pela administração, em todos os níveis, devem ser justos, éticos e estar atualizados em relação às melhores tecnologias de gestão pública, de pessoas e processos. Devem ser exigidos padrões rigorosos de qualidade no desempenho do trabalho, baseados em metas e indicadores adequados. O mérito e o esforço devem ser reconhecidos e recompensados. Condutas inadequadas devem ser identificadas, investigadas e combatidas. A todos devem ser proporcionadas



formação adequada e capacitação continuada para o bom exercício de suas funções.

- **Compromisso com a Qualidade de Vida dos colaboradores:** todos devem ser tratados com dignidade e considerados em sua individualidade. Devem ter um espaço para trabalhar que seja saudável, agradável, seguro, limpo, acessível, livre de poluição e adaptado às suas necessidades e limitações. O ambiente de trabalho deve ser de harmonia e cooperação, livre de preconceitos e agressões. Todos devem ter remuneração adequada à importância da função que exercem e à excelência exigida no seu desempenho. O cuidado com a saúde deve ser prioridade e deve haver estímulo a atividades físicas e hábitos de vida saudáveis.
- **Compromisso com a Igualdade:** ninguém será discriminado nem terá seus direitos, responsabilidades ou oportunidades limitados em função de gênero, raça, etnia, orientação sexual, credo, origem ou condição social. Deve haver prevenção e proteção contra assédio sexual ou moral, e os casos identificados deverão ser apurados e punidos.
- **Compromisso com a Livre Disseminação de Ideias:** todos devem sentir-se livres e estimulados a apresentar suas opiniões e ideias, a seus pares, superiores ou subordinados, e vê-las discutidas e consideradas no processo de tomada de decisão, de forma a criar um ambiente de permanente efervescência intelectual que contribua para que novas práticas venham a aprimorar a qualidade dos serviços que prestamos à sociedade.
- **Compromisso com a Transparência:** as informações prestadas pelo Senado Federal, aos órgãos de controle, meios de comunicação, Senadores, servidores, colaboradores ou aos membros da sociedade em geral, devem ter por características correção, precisão, clareza e celeridade. **O planejamento estratégico e os propósitos da administração devem ser de amplo conhecimento**, de forma a serem considerados em todos os níveis de gestão e governança.
- **Compromisso com a Responsabilidade na utilização de recursos públicos:** devemos constantemente buscar soluções inteligentes, que impliquem o menor custo possível para a consecução dos objetivos de qualidade e eficiência que perseguimos. O compartilhamento de experiências e a cooperação com outros entes e órgãos públicos, especialmente do Poder Legislativo, devem ser valorizados.



- **Compromisso com a Sustentabilidade:** devemos utilizar os recursos naturais com responsabilidade e parcimônia, considerando sempre o impacto ambiental das decisões e ações que tomamos. Devemos promover, praticar e estimular o uso racional de água, energia, papel e outros recursos, bem como a redução da produção de resíduos e a reciclagem de materiais, além de buscar opções que impliquem maior eficiência ambiental na utilização de produtos ou serviços necessários ao exercício de nossa função.
- **Compromisso com a Acessibilidade:** todo o complexo arquitetônico e toda a comunicação devem ser planejados de forma que servidores e cidadãos com limitações possam ter acesso, com dignidade e autonomia, aos espaços, serviços e informações produzidos pelo Senado Federal.
- **Compromisso com a Memória do Senado:** devemos promover a proteção e a organização dos documentos e bens do Senado, de forma a preservar sua memória e permitir, de acordo com a lei, acesso amplo e fácil ao acervo, que é parte importante da história e da cultura da nossa instituição e do nosso País.
- **Compromisso com a Comunidade:** devemos apoiar e participar de ações de educação, mobilidade, esporte, cultura, conscientização, solidariedade e civismo, que contribuam para a qualidade de vida nas cidades em que atuamos e em nosso País. Devemos utilizar os serviços públicos postos à nossa disposição de forma a conservar os espaços e preservar o patrimônio sobre o qual exercemos qualquer tipo de influência.

## 2.6. Princípios

A política de capacitação do Senado Federal rege-se pelos seguintes princípios:

- Busca de excelência no desempenho do Senado Federal e sua consolidação como instituição de referência;
- Vinculação às diretrizes e estratégias fixadas pela Alta Administração da Casa;
- Vinculação aos objetivos das unidades administrativas;
- Promoção de capacitação continuada, com equidade de oportunidades e adequação aos perfis de atuação operacional, técnica e gerencial dos servidores, visando à manutenção de quadros técnico-profissionais de alto nível;



- Fomento à produção de conhecimentos e competências mediante desenvolvimento de pesquisas sobre temas relacionados à missão institucional do Senado;
- Estímulo à gestão do conhecimento, mediante adoção de mecanismos de organização e disseminação interna de conhecimentos e competências;
- Avaliação das ações de capacitação, buscando aferir a efetividade do aprendizado individual e coletivo, e os impactos dessas ações nos resultados do Senado Federal;
- Busca de economicidade e eficiência na gestão das ações de capacitação;
- Integração de projetos e ações de capacitação com outros órgãos da Administração Pública; e
- Submissão à indisponibilidade do interesse público.

## 2.7. Objetivos / Metas do ILB

### Ensino/Pesquisa/Extensão

<b>Objetivo 1</b>	<b>Oferta permanente de cursos para formação em termos de formação acadêmica e de competências</b>
Meta (a)	Contar com pelo menos dois cursos de Pós-graduação em execução por ano com enfoque nas áreas prioritárias do Senado Federal.
Meta (b)	Contar com pelo menos dois cursos de extensão em execução por ano com enfoque nas áreas prioritárias do Senado Federal.
Meta (c)	Criar um curso de formação pedagógica para a equipe técnica do ILB até dezembro de 2023.
Meta (d)	Implementar pelo menos um grupo de pesquisa vinculado aos grupos inscritos nos diretórios do CNPq até dezembro de 2025.
Meta (e)	Realizar, ao menos, uma versão do Programa Estágio Visita até dezembro de 2025.



**Objetivo 2      Qualificação do quadro funcional, em termos de formação acadêmica**

Meta (a)      Reformular política de contratação de colaboradores educacionais até dezembro de 2022.

Meta (b)      Atualizar a política de licença capacitação de servidores até 2022.

Meta (c)      Aprimorar a política de afastamentos de servidores para Pós-graduação *Stricto-sensu* até 2022.

Meta (d)      Regulamentar a política de apoio financeiro sem afastamento a servidores para Pós-graduação *Stricto-sensu* até 2022.

**Objetivo 3      Qualificação do quadro funcional, em termos de competências**

Meta (a)      Realizar uma turma do Programa de Formação Gerencial (PFG), anualmente.

Meta (b)      Implantar rotina de alinhamento das ações de capacitação com a mantenedora até dezembro de 2023.

Meta (c)      Contratação de curso, na modalidade *in company*, para aprimoramento das técnicas educacionais, até dezembro de 2024.

## Corpo docente

**Objetivo 1      Qualificação do corpo docente para atuação acadêmica**

Meta (a)      Criar, até dezembro de 2025, uma política de estímulo à publicação da produção técnico-científica discente e docente do ILB.

Meta (b)      Oportunizar ao corpo docente, anualmente, um evento de atualização didático-andragógica.

**Objetivo 2      Participação democrática de docentes na elaboração e avaliação de projetos educacionais**



- Meta (a) Integrar até dezembro de 2022, na concepção e formulação de todos os projetos educacionais, especialistas com reconhecido domínio técnico-científico no campo de conhecimento correlato.
- Meta (b) Sistematizar as informações de colaboradores educacionais de forma a atender às necessidades do ILB na elaboração de projetos educacionais até 2023.
- Meta (c) Garantir, até dezembro de 2022, que haja, em todos os cursos de pós-graduação *lato sensu* promovidos pelo ILB ao menos uma reunião de avaliação qualitativa interna com o intuito de enriquecer o processo avaliativo de cada iniciativa educacional.
- Meta (d) Reformular, até dezembro de 2023, a composição da CPA, de modo a agregar maior participação docente e de outros segmentos no processo avaliativo.

### Processos Internos

#### **Objetivo 1 Unificação do processo de Secretariado Acadêmico**

- Meta (a) Revisar e otimizar o processo de secretariado acadêmico até dezembro de 2022.
- Meta (b) Capacitar membros de todas as coordenações de ensino no processo de secretariado acadêmico até dezembro de 2023.
- Meta (c) Revisar as normas internas que regem os processos de ensino até dezembro de 2023.
- Meta (d) Implementar um sistema próprio de gestão do secretariado acadêmico até dezembro de 2023.

#### **Objetivo 2 Padronização dos processos de ensino (presencial, EAD e Remoto)**

- Meta (a) Mapear 100% dos processos de ensino até dezembro de 2025.





- Meta (b) Documentar 100% dos processos de ensino até dezembro de 2025.
- Meta (c) Implementar em 100% dos processos de ensino melhorias e padronização até dezembro de 2025
- Meta (d) Criar modelo de projeto pedagógico de curso para ações educacionais do ILB até julho de 2023.

**Objetivo 3 Aprimoramento da gestão institucional**

- Meta (a) Formular planos de gestão para 100% das áreas de ensino do ILB até dezembro de 2022.

### Corpo Técnico

**Objetivo 1 Engajamento permanente do corpo técnico a respeito do papel institucional do ILB como IES**

- Meta (a) Desenvolver metodologia de conscientização do corpo técnico do ILB até dezembro de 2022.
- Meta (b) Executar o processo de conscientização pelo menos uma vez por ano para todos os colaboradores a partir de seu desenvolvimento e implementação.
- Meta (c) Implementar, até 2023, um projeto interno de ambientação de novos colaboradores no âmbito do ILB.

**Objetivo 2 Qualificação do corpo técnico do ILB**

- Meta (a) Executar uma oficina para a construção de projetos pedagógicos de cursos do ILB, tendo como público prioritário servidores do ILB, extensível a eventuais colaboradores educacionais interessados, até julho de 2023.
- Meta (b) Formar 15 multiplicadores para as diversas Oficinas Interlegis até dezembro de 2024.



Meta (c) Treinar 30 dos colaboradores para atuar como Monitores nas ações educacionais EAD.

## Infraestrutura

### **Objetivo 1 Adequação dos ambientes para o desenvolvimento de materiais de ensino EAD**

Meta (a) Permitir a execução de pelo menos duas pós-produções simultâneas de material educacional voltado ao EAD até dezembro de 2022.

Meta (b) Adequar pelo menos duas salas de aula do ILB para o ensino híbrido, presencial e remoto simultaneamente até dezembro de 2022.

Meta (c) Adequar o mobiliário das salas de aula do ILB para as metodologias ágeis até dezembro de 2024.

### **Objetivo 2 Adequação dos ambientes para a execução de eventos remotos**

Meta (a) Criar pelo menos duas unidades de transmissão de eventos remotos até dezembro de 2023.

Meta (b) Assinatura de ferramentas para interação *on-line* (*Mentimeter*, *Mindmeister* ou similares) até dezembro de 2023.

### **Objetivo 3 Adequação dos espaços para as ofertas de ensino presencial**

Meta (a) Ampliar em pelo menos 50% a infraestrutura física de ensino presencial ou híbrida atualmente disponível por meio de parcerias até dezembro de 2025.

Meta (b) Equipar, com uso de tecnologia de ponta, os ambientes de ensino presencial até dezembro de 2023.

Meta (c) Retomar o acesso presencial dos alunos da pós-graduação, ao menos 1 vez por semana, em horário alternativo, às dependências da Biblioteca do Senado Federal, até julho de 2023.



## 2.8. Ações Previstas

Para o cumprimento dos objetivos e metas, serão previstas ações organizadas em programas e projetos, na proporção de pelo menos um projeto por meta. O Senado Federal dispõe de sistema próprio de gestão de portfólio de projetos, onde se encontram lançadas todas as ações previstas. A Diretoria-Geral, por intermédio do Escritório de Governança Corporativa, **seleciona anualmente as ações consideradas estratégicas**, de forma a priorizar sua execução, que é acompanhada ao longo de todo o ano.

## 2.9. Instrumento de Avaliação (CPA)

Atendendo ao disposto no artigo 11 da Lei nº 10. 861 de 14 de abril de 2004, que determina a criação de uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) para toda instituição de Ensino Superior, a Diretoria-Geral do Senado Federal, por meio da Portaria nº 3847 de 07 de julho de 2015, instalou a CPA do ILB.

Compete à CPA do ILB, sem prejuízo de outras ações próprias de avaliação:

- coordenar, articular, estimular e disseminar as ações de avaliação institucional no âmbito do ILB;
- elaborar o Programa de Avaliação das ações de educação do ILB;
- desenvolver instrumentos de avaliação;
- acompanhar a aplicação dos instrumentos de avaliação
- produzir relatórios analíticos dos resultados das avaliações;
- divulgar os resultados consolidados da avaliação interna e externa;
- analisar o processo e os instrumentos de avaliação, mantendo a melhoria contínua;
- acompanhar as Comissões Externas de Avaliação designadas pelo MEC;
- sistematizar e disponibilizar as informações exigidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP);
- elaborar relatórios de autoavaliação, nos eixos (i) Planejamento e Avaliação Institucional; (ii) Desenvolvimento Institucional; (iii) Políticas Acadêmicas; (iv) Políticas de Gestão e (v) Infraestrutura.



Os processos avaliativos desenvolvidos pela CPA contemplam a análise global e integrada do conjunto de dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades e responsabilidades do ILB.

A CPA é órgão de representação da comunidade acadêmica, e não da administração do ILB. Para assegurar sua legitimidade junto à comunidade acadêmica, conta com a participação de representantes de todos os seus segmentos e de membros da sociedade civil organizada.

Os eixos de sustentação e de legitimidade da CPA são resultantes das formas de participação e interesse da comunidade acadêmica, além da inter-relação entre atividades pedagógicas e gestão acadêmica e administrativa.

### 2.9.1. Participação da comunidade acadêmica

A CPA do ILB, obedecendo ao princípio da equilibrada representatividade da comunidade acadêmica, possui composição distribuída entre: corpo diretivo do Instituto, alunos, docentes, coordenadores de curso, pessoal técnico-administrativo do ILB, sociedade civil, pessoal técnico da Secretaria de Gestão de Pessoas do Senado Federal. Dessa forma, a CPA possui 10 membros, na seguinte configuração:

- 1 (um) representante da Diretoria Executiva do ILB;
- 1 (um) representante da COTREN;
- 1 (um) representante da COESUP
- 1 (um) representante da COPERI
- 1 (um) representante da Secretaria de Gestão de Pessoas do Senado Federal;
- 1 (um) representante do corpo discente;
- 1 (um) representante do corpo docente;
- 1 (um) representante da sociedade civil;
- 1 (um) representante do corpo técnico-administrativo; e
- 1 (um) representante dos coordenadores de curso.

Os membros da CPA são nomeados por Ato do Diretor-Executivo do ILB para mandato de 2 (dois) anos, podendo haver uma recondução para todos os membros. A designação da presidência e vice-presidência cabe à Diretoria-Executiva do ILB .



## 2.9.2. Ações de Avaliação

As ações de avaliação do ILB são de caráter permanente, têm profunda ligação com o projeto político-pedagógico dos cursos e com as políticas internas de aperfeiçoamento de processos e pessoas, praticados pelo Senado Federal como um todo.

A implantação da CPA tem contribuído para organizar, estruturar procedimentos, técnicas, métodos de avaliação, aperfeiçoar a análise de resultados e apoiar as tomadas de decisão. No ILB, o conjunto das avaliações servem como insumo para contínuos debates e incursões sobre a missão, os objetivos e os valores da instituição.

As avaliações seguem um cronograma próprio e possuem esquemas de aplicação variável, de acordo com a modalidade e função. Em todos os casos, essas avaliações são conduzidas no âmbito da CPA, que retroalimenta as instâncias decisórias e toda a comunidade acadêmica com os relatórios de resultados.

É importante destacar que, no âmbito do ILB, as avaliações têm o objetivo de fazer ver, ou seja, levar luz sobre as ações e seus resultados. Não se pretende avaliar por avaliar, existindo uma estreita ligação entre os objetivos educacionais implementados e os consequentes e sucessivos processos de verificação e de aperfeiçoamento.

Luckesi (1996, p. 33) afirma que a avaliação deve ser vista como “um julgamento de valor sobre manifestações relevantes da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão”. Ou seja, ela implica um juízo valorativo que expressa qualidade e quantidade do objeto, do fenômeno, obrigando, por consequência, a um posicionamento efetivo sobre ele.

O ILB, no que diz respeito aos cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*, de extensão e os cursos livres, vem implementando sistemática de avaliação que, dentre outros fins, tem cooperado para a correção de rumos e ajustes pedagógicos com o fim de melhorar a qualidade de suas ações educacionais. Para isso, alguns instrumentos de avaliação foram padronizados e têm sido sistematicamente aplicados, alguns deles estão descritos a seguir:

### *Avaliação de Expectativa*

As avaliações de expectativa têm sido feitas junto aos discentes, principalmente ao pleitearem vagas nos cursos ofertados. Essas expectativas são utilizadas, inclusive, como critério de seleção discente, especialmente, nos cursos de Pós-graduação.



As avaliações feitas pelos alunos revelam profunda relação entre a formação pleiteada e o aperfeiçoamento técnico-científico para o desempenho das funções e atribuições no trabalho.

As expectativas também jogam luz sobre a visão que a instituição vem construindo junto à sua comunidade interna e externa, uma vez que o conjunto delas descortinam a impressão da Casa e dos membros das instituições parceiras sobre o trabalho do ILB.

Importante destacar que a avaliação de expectativas se tornou ponto pacífico nos processos de seleção. Por isso, o próximo passo será implementar essa mesma modalidade no âmbito das disciplinas ministradas nos cursos e também no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

Oportuno destacar que a avaliação de expectativas também tem sido utilizada como instrumento pedagógico de adequação do conteúdo e dos objetivos de aprendizagem junto aos discentes em ações educacionais, como as oficinas Interlegis e os cursos EAD, bem como em eventos educacionais, a exemplo do Ciclo de Palestras Interlegis para Vereadores.

### ***Avaliação de Reação***

As avaliações de reação são aplicadas aos discentes e docentes a cada final de cada componente curricular. Essas avaliações têm sido úteis tanto para a melhoria dos planos de ensino e dos projetos políticos pedagógicos quanto para o aperfeiçoamento da prática docente.

Para as atuais edições dos cursos de Poder Legislativo e Direito Parlamentar Legislativo e de Orçamento Público, também serão avaliadas as reações referentes aos trabalhos realizados pelos coordenadores gerais e pedagógicos.

Segundo Milioni (2001), **avaliar** significa:

“Submeter algo a um processo de análise normalmente determinado por parâmetros concretos ou referenciais, enquanto **validar** é reconhecer o valor esperado do objeto da análise efetuada, comparando a situação identificada após uma ação de modificação do comportamento do público-alvo, aos fatos que levaram à realização do curso/treinamento, a que se denomina, geralmente, de carência.”

Avaliar o ponto de chegada deve ser um trabalho integrado com as avaliações de meio de caminho e de expectativas. Não se pode trabalhar de forma isolada. Ao contrário,



cada vez mais, a atenção deve ser mantida sobre o percurso, com vigilante olhar sobre o processo.

As seguintes dimensões são investigadas na avaliação de reação aplicada junto aos discentes:

- Autoavaliação;
- Avaliação do Programa, composta por:
  - Avaliação da disciplina;
  - Avaliação do material instrucional;
  - Avaliação do professor, e
  - Impactos profissionais.

### ***Avaliação de meio de semestre***

Até a instalação da CPA, a cultura interna do ILB era de realizar suas investigações junto a alunos, professores e coordenadores, de forma pontual e sem articulação com os Projetos Político-Pedagógicos dos cursos. Naturalmente que situações evidenciadas por meio dos instrumentos aplicados eram tratadas, mas não havia o registro sistemático das ocorrências e nem tão pouco do que foi feito para sua superação.

O trabalho da CPA tem consolidado a necessária maturidade para lidar com as questões de avaliação, tornando-se parte da rotina acadêmica. Tanto é assim que todos os instrumentos de avaliação estão em constante revisão e há um promissor caminho de unificação dos procedimentos e meios entre as coordenações de ensino do ILB.

O desafio é estabelecer padrões mais universais tanto para a linguagem quanto para os procedimentos e meios de atuação. Por isso, a CPA representa mais um passo importante para a consolidação do ILB como instituição de ensino superior e como Escola de Governo.

### ***Avaliação dos colaboradores***

Todos os colaboradores educacionais do ILB, independentemente do encargo, e se remunerados ou não por gratificação específica, são avaliados de acordo com seu desempenho didático-pedagógico. Do mesmo modo, os instrutores das oficinas Interlegis também são avaliados pelo público atendido. As avaliações realizadas por discentes



podem ser tanto de aprendizagem quanto de reação, com exceção dos discentes dos cursos de Pós-graduação *Lato-Sensu*, que são instados a participar de avaliação de impacto.

O processo de avaliação dos colaboradores educacionais prevê etapas de autoavaliação, avaliação do corpo discente e avaliação dos coordenadores, e os resultados são discutidos e comunicados à Comissão Própria de Avaliação.

As atividades dos coordenadores dos cursos de Pós-graduação *Lato-Sensu* são acompanhadas tanto pelo Serviço de Pós-graduação (SEPOS) quanto pela Coordenação de Educação Superior (COESUP), por meio de relatório específico compondo o relatório final de cada curso.

### 2.9.3. Divulgação de Resultados (da autoavaliação e avaliações externas)

A divulgação dos resultados de autoavaliação e avaliações externas é efetivada por meio de publicação nos sítios da Intranet e *internet* do ILB, na forma de relatório técnico contendo notas metodológicas e discussão dos resultados.

A Diretoria-Executiva do ILB prevê a conversão do relatório técnico em peças de divulgação para permitir a melhor compreensão das informações por parte do público externo.

Os dados e informações constantes dos Relatórios de Autoavaliação são parte importante dos relatórios de gestão do ILB, o que assegura o devido controle externo das atividades de capacitação sob a responsabilidade do órgão.



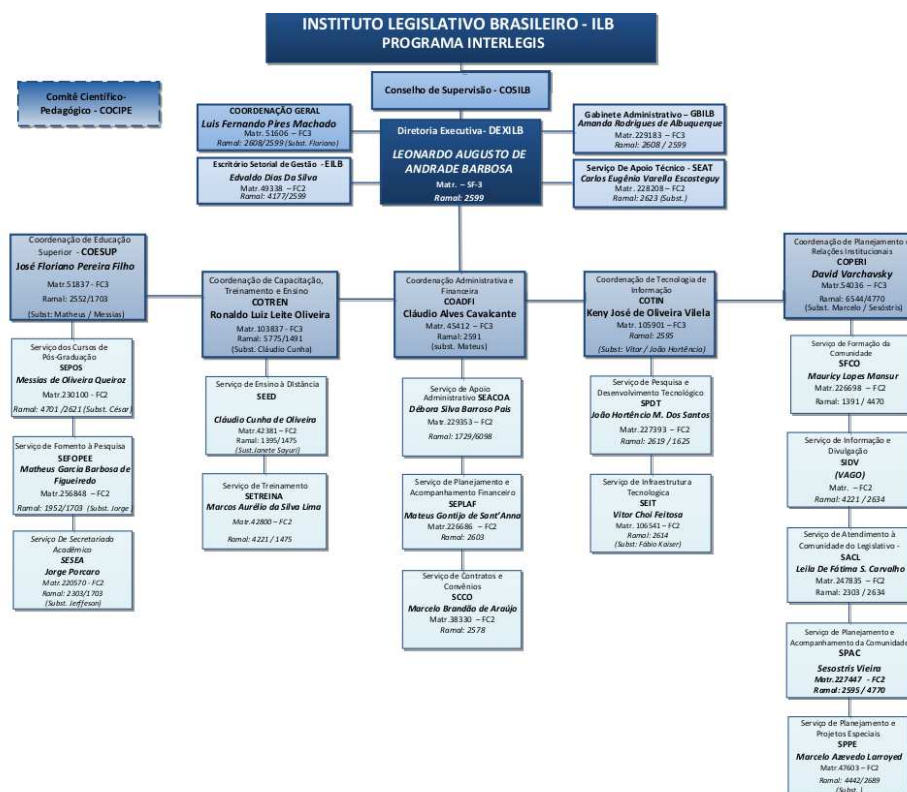


### 3. Gestão Institucional

#### 3.1. Organização Institucional (autonomia e representatividade)

O Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Escola de Governo, é Órgão Supervisionado do Senado Federal, possuindo uma série de características que lhe conferem maior autonomia administrativa e pedagógica, com a missão de gerir e executar a Política de Capacitação do Senado Federal e o Programa de Integração e Modernização do Poder Legislativo Brasileiro (Interlegis), conforme o Anexo IV do Regulamento administrativo do Senado Federal (Resolução nº 13, 2018) com as alterações referendadas até o Ato da Comissão Diretora nº 1, 2, 4 e 6, de 6 de maio de 2021.

Para melhor visualização da estrutura do ILB, trazemos o organograma do Instituto, conforme reestruturação ocorrida em 2018:



#### 3.2. Execução financeira

## Execução de Despesas de Capacitação - 2021

<b>Ação</b> (código+nome):	<b>4061 - PROCESSO LEGISLATIVO, FISCALIZACAO E REPRESENTACAO POLITICA</b>
<b>Piano Orçamentário</b> (código+nome):	<b>000C - DISSEMINACAO DE CONHECIMENTOS LEGISLATIVOS E GERENCIAIS</b>
<b>UGR</b> (código+nome):	<b>020042 - SENADO - INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO</b>

Natureza de Despesa Detalhada (código)	Natureza de Despesa (nome)	Total Empenhado (orçamento do ano)	Valor Liquidado (orçamento do ano)	Valor Pago (orçamento do ano)	Restos a pagar pagos (orçamento de anos anteriores)
33903628	GRATIFICAÇÃO POR ENCARGO DE CURSO E CONCURSO - GECC	461.647,82	382.448,38	382.448,38	0,00
33903948	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO	351.802,76	344.419,43	344.419,43	5.650,20
<b>TOTAL GERAL (R\$):</b>		<b>813.450,58</b>	<b>726.867,81</b>	<b>726.867,81</b>	<b>5.650,20</b>

*Fonte: SIAFI (inclui apenas os valores executados pelo Senado Federal (Órgão 02000), isto é, não abrange os valores descentralizados pelo Senado Federal e executados por outros Órgãos*



## Execução de Despesas de Capacitação - 2020

<b>Ação</b> (código+nome):	<b>4061 - PROCESSO LEGISLATIVO, FISCALIZACAO E REPRESENTACAO POLITICA</b>
<b>Plano Orçamentário</b> (código+nome):	<b>000C - DISSEMINACAO DE CONHECIMENTOS LEGISLATIVOS E GERENCIAIS</b>
<b>UGR</b> (código+nome):	<b>020042 - SENADO - INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO</b>

Natureza de Despesa Detalhada (código)	Natureza de Despesa Detalhada (nome) (observação)	Total Empenhado (orçamento do ano)	Valor Liquidado (orçamento do ano)	Valor Pago (orçamento do ano)	Restos a pagar pagos (orçamento anos anteriores)
33903628	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO (pagamento de GECC)	369.450,98	369.450,98	369.450,98	116.241,89
33903948	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO (inscrição em cursos e congressos)	233.561,73	73.661,53	73.661,53	53.618,00
33909236	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	-	-	-	-
33909239	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	2.825,10	2.825,10	2.825,10	-
<b>TOTAL GERAL (R\$):</b>		<b>605.837,81</b>	<b>445.937,61</b>	<b>445.937,61</b>	<b>169.859,89</b>

*Fonte: SIAFI (inclui apenas os valores executados pelo Senado Federal (Órgão 02000), isto é, não abrange os valores descentralizados pelo Senado Federal e executados por outros Órgãos.*



## Execução de Despesas de Capacitação - 2019

<b>Ação</b> (código+nome):	<b>4061 - PROCESSO LEGISLATIVO, FISCALIZACAO E REPRESENTACAO POLITICA</b>
<b>Plano Orçamentário</b> (código+nome):	<b>000C - DISSEMINACAO DE CONHECIMENTOS LEGISLATIVOS E GERENCIAIS</b>
<b>UGR</b> (código+nome):	<b>020042 - SENADO - INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO</b>

Natureza de Despesa Detalhada (código)	Natureza de Despesa Detalhada (nome) (observação)	Total Empenhado (orçamento do ano)	Valor Liquidado (orçamento do ano)	Valor Pago (orçamento do ano)	Restos a pagar pagos (orçamento anos anteriores)
33903628	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO (pagamento de GECC)	1.195.473,39	505.008,36	505.008,36	202.197,76
33903948	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO (inscrição em cursos e congressos)	596.814,01	440.236,01	440.236,01	35.519,50
33909236	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	7.723,71	7.723,71	7.723,71	-
33909239	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	-	-	-	-
<b>TOTAL GERAL (R\$):</b>		1.800.011,11	952.968,08	952.968,08	237.717,26

*Fonte: SIAFI (inclui apenas os valores executados pelo Senado Federal (Órgão 02000), isto é, não abrange os valores descentralizados pelo Senado Federal e executados por outros Órgãos.*



## Execução de Despesas de Capacitação - 2018

<b>Ação</b> (código+nome):	<b>4061 - PROCESSO LEGISLATIVO, FISCALIZACAO E REPRESENTACAO POLITICA</b>
<b>Plano Orçamentário</b> (código+nome):	<b>000C - DISSEMINACAO DE CONHECIMENTOS LEGISLATIVOS E GERENCIAIS</b>
<b>UGR</b> (código+nome):	<b>020042 - SENADO - INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO</b>

Natureza de Despesa Detalhada (código)	Natureza de Despesa Detalhada (nome) (observação)	Total Empenhado (orçamento do ano)	Valor Liquidado (orçamento do ano)	Valor Pago (orçamento do ano)	Restos a pagar pagos (orçamento anos anteriores)
33903628	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO (pagamento de GECC)	870.212,36	666.950,20	666.950,20	451.816,10
33903948	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO (inscrição em cursos e congressos)	874.390,19	837.557,69	837.557,69	110.101,66
33909236	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	-	-	-	-
33909239	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	-	-	-	-
<b>TOTAL GERAL (R\$):</b>		1.744.602,55	1.504.507,89	1.504.507,89	561.917,76

Fonte: SIAFI (inclui apenas os valores executados pelo Senado Federal (Órgão 02000), isto é, não abrange os valores descentralizados pelo Senado Federal e executados por outros Órgãos.



## Execução de Despesas de Capacitação - 2017

<b>Ação</b> (código+nome):	<b>4061 - PROCESSO LEGISLATIVO, FISCALIZACAO E REPRESENTACAO POLITICA</b>
<b>Plano Orçamentário</b> (código+nome):	<b>000C - DISSEMINACAO DE CONHECIMENTOS LEGISLATIVOS E GERENCIAIS</b>
<b>UGR</b> (código+nome):	<b>020042 - SENADO - INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO</b>

Natureza de Despesa Detalhada (código)	Natureza de Despesa Detalhada (nome) (observação)	Total Empenhado (orçamento do ano)	Valor Liquidado (orçamento do ano)	Valor Pago (orçamento do ano)	Restos a pagar pagos (orçamento anos anteriores)
33903628	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO (pagamento de GECC)	1.315.467,46	804.833,13	804.833,13	300.532,67
33903948	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO (inscrição em cursos e congressos)	1.047.694,66	916.753,86	916.753,86	222.805,70
33909236	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	-	-	-	-
33909239	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	9.157,50	9.157,50	9.157,50	-
<b>TOTAL GERAL (R\$):</b>		<b>2.372.319,62</b>	<b>1.730.744,49</b>	<b>1.730.744,49</b>	<b>523.338,37</b>

*Fonte: SIAFI (inclui apenas os valores executados pelo Senado Federal (Órgão 02000), isto é, não abrange os valores descentralizados pelo Senado Federal e executados por outros Órgãos.*



## Execução de Despesas de Capacitação - 2016

<b>Ação</b> (código+nome):	<b>4061 - PROCESSO LEGISLATIVO, FISCALIZACAO E REPRESENTACAO POLITICA</b>
<b>Plano Orçamentário</b> (código+nome):	<b>000C - DISSEMINACAO DE CONHECIMENTOS LEGISLATIVOS E GERENCIAIS</b>
<b>UGR</b> (código+nome):	<b>020042 - SENADO - INSTITUTO LEGISLATIVO BRASILEIRO</b>

Natureza de Despesa Detalhada (código)	Natureza de Despesa Detalhada (nome) (observação)	Total Empenhado (orçamento do ano)	Valor Liquidado (orçamento do ano)	Valor Pago (orçamento do ano)	Restos a pagar pagos (orçamento anos anteriores)
33903628	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO (pagamento de GECC)	888.070,28	587.537,61	587.537,61	-
33903948	SERVICO DE SELECAO E TREINAMENTO (inscrição em cursos e congressos)	770.097,16	503.220,31	502.064,61	62.075,00
33909236	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA	-	-	-	-
33909239	OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PJ	4.705,25	4.705,25	4.705,25	-
<b>TOTAL GERAL (R\$):</b>		<b>1.662.872,69</b>	<b>1.095.463,17</b>	<b>1.094.307,47</b>	<b>62.075,00</b>

Fonte: SIAFI (inclui apenas os valores executados pelo Senado Federal (Órgão 02000), isto é, não abrange os valores descentralizados pelo Senado Federal e executados por outros Órgãos.

### 3.3. Sistema de Registro Acadêmico

O principal sistema utilizado pelo ILB para apoiar suas atividades é o Sistema de Gestão Acadêmica (SGA), desenvolvido pela equipe técnica do próprio ILB, empregando tecnologias providas e suportadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação do Senado Federal (Prodasen).

A opção pelo desenvolvimento interno deu-se pela necessidade de se ter um sistema que atendesse plenamente às peculiaridades de informatização da Escola de



Governo do Senado, algo que não seria facilmente obtido no mercado. Além disso, o desenvolvimento interno torna mais simples a integração com outras bases de dados do Senado Federal (eliminando assim a necessidade de replicação de informações) e com outros sistemas utilizados pelo ILB, criando uma solução robusta e customizada que agregue de fato valor ao trabalho do Instituto.

O SGA foi desenvolvido de forma modular, de modo a poder crescer e ser adaptado conforme evolução das necessidades de informação do ILB. Os módulos disponíveis atualmente e suas respectivas funcionalidades são:

- **Cursos:** gestão de informações cursos, ofertas, componentes curriculares, colaboradores educacionais, alunos regulares e especiais, notas, frequências e formulários de avaliações da CPA;
- **Grupos de estudo e pesquisa acadêmica:** gestão de edições dos grupos de estudo e pesquisa acadêmica (GEPA), seus integrantes e respectivos papéis, bem como os resultados apresentados ao final dos trabalhos;
- **Documentos:** interface para pesquisa e acesso rápido a documentos do SIGAD referenciados nos demais módulos do sistema;
- **Autorização:** mecanismo para definir permissões para acesso aos módulos pelos usuários do SGA;
- **Auditoria:** interface para rastreamento de alterações feitas nos registros do SGA, com indicação do responsável pelas mudanças e a data e hora em que foram realizadas;
- **Licença para capacitação:** gestão de pedidos de licença para capacitação, com os respectivos períodos e ações solicitadas, resultados sobre deliberação e informações sobre prestação de contas. Inclui mecanismo para envio automatizado de mensagens de cobrança no caso de servidores com pendências na comprovação.
- **Afastamentos para participação em programas de Pós-graduação:** gestão de pedidos de afastamento, resultados sobre deliberação e informações sobre prestação de contas. Inclui mecanismo para envio automatizado de mensagens de cobrança no caso de servidores com pendências na comprovação.
- **Treinamentos externos:** gestão de pedidos de treinamentos externos, participantes, resultados sobre deliberação e informações sobre prestação de contas. Inclui mecanismo para envio automatizado de mensagens de cobrança no caso de servidores com pendências na comprovação.





Além do sistema acadêmico, a Secretaria Acadêmica também faz uso do Sistema de Gestão Arquivística de Documentos (SIGAD) para guarda permanente de documentação de cursos, alunos e colaboradores educacionais.

A emissão de certificados, por sua vez, é feita basicamente por meio da plataforma Saberes, a qual provê também mecanismos *online* para validação. Apenas no caso dos cursos de Pós-graduação *Lato Sensu*, pelas suas peculiaridades, os certificados e históricos ainda são gerados manualmente pela Secretaria Acadêmica do ILB.

### 3.4. Comunicação Interna e Externa

O ILB realiza sistematicamente ações visando a divulgação junto aos seus públicos referente aos treinamentos, cursos a distância e de Pós-graduação desenvolvidos pela unidade. Essas ações compreendem, em especial, a inserção de notas, notícias e comunicados no Boletim Administrativo do Senado Federal (BASF); *marketing* direto (envio de *e-mail marketing* direcionado a servidores com perfil para o curso) e desenvolvimento de campanhas. Uma campanha completa pode abarcar, por exemplo, cartazes, filipetas, *marketing* direto, notícias, anúncio de rádio e TV (internas), além de estratégias de comunicação por meio da Internet e, em especial, das redes sociais (*posts*, vídeos, *banners* etc).

Os cursos de especialização são oferecidos tanto para o público interno, os servidores do Senado Federal, quanto para público externo pertencente ao quadro de funcionários dos órgãos parceiros, como a Câmara dos Deputados, Câmara Legislativa do Distrito Federal e Tribunal de Contas da União. A divulgação de cada curso de Pós-graduação ao público externo do Senado Federal é realizada também por meio de cooperação técnica-operacional com as áreas de comunicação interna daqueles órgãos, para onde são enviados materiais impressos e digitais, a exemplo de cartazes, folhetos e e-mails, para o desenvolvimento de campanhas de comunicação interna junto aos servidores de cada instituição.

Os cursos a distância do ILB são abertos ao público em geral e, mais especialmente, à comunidade legislativa. O ILB faz a divulgação desses cursos por meio de alguns veículos e ferramentas de comunicação próprios, da mantenedora Senado Federal, bem como por meio da rede de instituições parceiras. Um dos veículos de



comunicação próprios é o sítio do Programa Interlegis<sup>5</sup>, um programa do Senado Federal, gerido pelo ILB, cujo público-alvo abrange as câmaras municipais e assembleias legislativas, a chamada comunidade legislativa. Este sítio, alimentado pelo próprio Instituto, dá ampla divulgação à abertura de todas as ações educacionais, com *links* facilitando a obtenção de informações úteis e a realização de inscrições.

O Senado, por meio de um comitê gestor do sítio, reformulou sua página no biênio 2020-2021. Como resultado da reestruturação do veículo, os serviços ofertados foram agrupados por temas. Educação é um destes. Assim, cada área do ILB tem a prerrogativa de alimentar a página, inserindo as informações que julgar relevantes, como, por exemplo, informações úteis sobre os cursos abertos à comunidade. A página da Pós-graduação é atualizada pela Coordenação de Educação Superior e pode ser acessada por meio da página institucional do ILB: <https://www12.senado.leg.br/institucional/escoladegoverno>.

## 4. Corpo Social

### 4.1. Política de capacitação docente – incentivo à participação em eventos de qualificação docente

Para o aperfeiçoamento da atuação docente de seus colaboradores, o ILB oferece e apoia ações de capacitação na área educacional. Esse apoio prioriza o aperfeiçoamento de capacidades e habilidades voltadas para a vivência em sala de aula, por meio da apresentação de técnicas e dinâmicas que possam enriquecer as aulas, além de apresentar as características do ensino de adultos (andragogia) para que as aulas atendam às demandas próprias deste público.

No que diz respeito às capacitações voltadas para as áreas de atuação específicas, o servidor do Senado Federal possui à sua disposição a licença para a capacitação (artigo 87 da lei nº 8.112, de 1990) do serviço público federal, que consiste em três meses a cada cinco anos para se capacitar, podendo ainda parcelar esse tempo em cinco vezes. O Senado Federal estimula a participação dos seus servidores em cursos de alto nível e que possam contribuir no desempenho de suas funções, inclusive na docência na Escola de Governo do Senado Federal.

<sup>5</sup> <https://www12.senado.leg.br/interlegis>



## 4.2. Política de formação do corpo administrativo

O ILB oferece atividades regulares para formação do corpo técnico e administrativo do órgão, por intermédio de treinamentos e de ações de capacitação desenvolvidas pela Coordenação de Capacitação, Treinamento e Ensino, bem como por meio da participação em cursos e eventos educacionais externos, em especial, os promovidos por escolas de governo.

Tais ações são concentradas principalmente nas áreas de atendimento ao público, gestão arquivística e documental, gestão de secretaria acadêmica, sistemas informatizados do Senado Federal e produção de material multimídia.

Além do ajuste do plano de cargos, que permitirá o recrutamento via concurso público de novos profissionais, serão intensificados a identificação e o recrutamento interno de funcionários que tenham formação específica associada às atividades necessárias ao ILB.

## 4.3. Política de apoio aos estudantes

Considerando o perfil socioeconômico dos servidores atendidos pelos cursos de Pós-graduação, não foi identificada necessidade de programas ou ações de assistência social junto ao corpo discente.

Cada curso de Pós-graduação conta com um coordenador responsável pelo suporte pedagógico discente, que se encarrega, juntamente com a Coordenação de Educação Superior e com a assessoria pedagógica, da análise e do atendimento de demandas relacionadas com a vivência acadêmica.

O corpo discente do ILB também beneficia-se de serviços específicos oferecidos por outras áreas do Senado Federal, a exemplo do Serviço de Qualidade de Vida e Saúde Ocupacional, que é formado por profissionais psicólogos que podem auxiliar na orientação de membros do corpo discente, quando necessário, assim como na realização de ações educativas. Em caso de intercorrências emergenciais, os estudantes também podem recorrer a atendimento emergencial médico junto ao Serviço Médico do Senado Federal.

Quanto ao apoio na realização de estudos e pesquisas, os discentes podem acessar uma gama de bibliografias e de periódicos, por meio da Biblioteca do Senado Federal, que dispõem de serviço específico de apoio à pesquisa. Do mesmo modo, a Coordenação



de Arquivo do Senado Federal também dispõe de uma área de apoio à investigação documental.

#### 4.4. Política de incentivo à realização de eventos internos e produção discente

O ILB conta com setor especializado na realização de eventos de qualquer porte, tanto nas dependências do Instituto quanto fora do Senado Federal.

Todos os cursos de Pós-graduação preveem atividades de extensão, palestras e encontros, cujas oportunidades são criadas, em grande parte, pela programação anual de eventos do próprio Instituto.

O Senado Federal frequentemente é visitado por estudiosos de diversos temas de interesse acadêmico, que vêm fazer contato ou pesquisa no âmbito da instituição. Sempre que possível, o ILB transforma tais visitas em palestras ou encontros técnicos, contando para isso com várias parcerias estabelecidas com serviços culturais das embaixadas com representação no Brasil, além das dezenas de parcerias com outras Escolas de Governo e instituições de pesquisa e ensino, nacionais e estrangeiras, construídas ao longo dos seus mais de 25 anos de atuação.

A produção do corpo discente é incentivada não apenas como parte das atividades de avaliação, mas também por meio de concursos periódicos que premiam trabalhos produzidos por funcionários do Senado Federal. Habitualmente, alunos egressos do ILB ou trabalhos feitos dentro do Instituto têm sido premiados e divulgados.

Todos os trabalhos de conclusão de curso aprovados no ILB compõem a biblioteca virtual mantida pela Biblioteca do Senado Federal e disponibilizada por meio eletrônico ao grande público do Brasil e do exterior.

Como meio de ajudar na difusão de conhecimentos e no incentivo à produção docente e discente, foram iniciadas negociações com a Secretaria de Edições Técnicas do Senado Federal para permitir a publicação, futuramente, de Revista própria da Pós-graduação, tanto em meio eletrônico quanto em meio físico.

#### 4.5. Processo de Seleção de docentes

A seleção dos docentes e demais colaboradores educacionais é feita nos termos da Instrução Normativa (IN) nº 1 de 2021 do ILB.



O Senado Federal disponibiliza aos seus servidores que desejam atuar como colaboradores educacionais do ILB, o Banco de Talentos, sistema desenvolvido para o registro e comprovação da titulação acadêmica e experiência profissional.

O Banco de Talentos está disponível na Intranet do Senado Federal e por meio dele os colaboradores educacionais do ILB se inscrevem para os processos seletivos.

A cada ação educacional promovida pelo ILB é oportunizado novo processo seletivo para compor o quadro de colaboradores que ocuparão encargos como conteudistas, tutores, facilitadores de aprendizagem, coordenadores de curso, examinadores, orientadores e avaliadores de TCC dentre outros.

#### 4.6. Titulação do corpo docente

A titulação dos colaboradores educacionais do ILB atende às exigências legais e evidencia o alto nível do quadro de servidores da Casa.

Os dados a seguir mostram o perfil dos docentes que atuam no ILB, quer sejam nos cursos livres ou de Pós-graduação *Lato Sensu* e extensão.

**Titulação dos Professores do ILB**

	<b>Doutores</b>	<b>Mestres</b>	<b>Especialistas</b>	<b>TOTAL</b>
<b>N ° de professores</b>	26	25	5	56
<b>Porcentagem do total</b>	47%	44%	9%	100%

### 5. Desenvolvimento Profissional

A Carta de Compromissos dos Servidores do Senado Federal, lançada pela Diretoria-Geral e pela Secretaria Geral da Mesa, apresenta 11 compromissos que devem orientar as ações internas e externas dos servidores da Casa. O segundo compromisso está relacionado à excelência na prestação dos serviços públicos e, assim, possui relação direta com a atuação do ILB. Segue o texto da Carta:

“Os responsáveis pela administração, em todos os níveis, devem ser justos, éticos e estar atualizados em relação às melhores tecnologias de gestão pública, de pessoas e processos. Devem ser exigidos padrões rigorosos de qualidade no desempenho do



trabalho, baseados em metas e indicadores adequados. O mérito e o esforço devem ser reconhecidos e recompensados. Condutas inadequadas devem ser identificadas, investigadas e combatidas. A todos devem ser proporcionadas formação adequada e capacitação continuada para o bom exercício de suas funções.”

Para atender adequadamente o compromisso, os cursos de especialização do ILB têm como objetivos promover a produção de conhecimento de alto nível, gerar intercâmbio científico-tecnológico adequado ao contexto do setor público, em especial, do parlamento, e transformar os processos internos das casas legislativas para que os servidores atuem por meio de técnicas modernas e adequadas aos anseios da sociedade. Dessa forma, buscando sempre melhorar a eficiência, eficácia, efetividade e transparência dos trabalhos institucionais e interinstitucionais, observando-se a legalidade e a função social das ações.

Assim, os cursos são direcionados para analisar e discutir a realidade do Poder Legislativo brasileiro, seus objetivos, ações, dificuldades e oferecer sugestões de aprimoramento contínuo, com destaque à melhoria do atendimento à população. Isso também está explícito na missão do ILB: “Produzir, integrar e disseminar o conhecimento para aprimorar o Legislativo em benefício da sociedade.”

As especializações do ILB possuem um caráter pragmático e com foco na transformação dos contextos sociais e institucionais. Para isso, os professores buscam articular, dentro da abordagem didática, a reflexão teórica com a vivência prática da realidade do Poder Legislativo. As aulas são baseadas na aplicação de diferentes métodos de ensino, de vivenciais a expositivos, a partir da análise da doxa e de outros elementos do contexto sociocultural, econômico ou político para a reflexão crítica do que poderia ser transformado a partir da *práxis*. Como desfecho do processo de ensino, os cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* do ILB são coroados com a produção de um trabalho de conclusão de curso (TCC), definido a partir das diretrizes pedagógicas de cada projeto, com foco no aprofundamento de temas que tangenciam o papel institucional do Senado Federal.

A seguir, apresentamos os objetivos dos cursos já lançados pelo ILB e que foram retirados dos seus respectivos projetos pedagógicos, por meio dos quais se constata claramente o alinhamento institucional do ILB com as ações estratégicas e de interesse do Senado Federal:

- **Administração Legislativa.** O Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Administração Legislativa teve por objetivo a formação de servidores com



capacidade crítica, liderança e atitude proativa, capazes de incorporar novos valores, instrumentos e tecnologias aos processos administrativos desenvolvidos no âmbito do Poder Legislativo, por meio da aquisição de novas habilidades e competências tanto sob o aspecto técnico-profissional quanto ético-comportamental, de modo que possam se constituir em agentes de contínuo aprimoramento organizacional e aportar contribuições efetivas para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das funções exercidas pelas Casas Legislativas brasileiras, voltadas para o fortalecimento da democracia e para o pleno exercício da cidadania.

- **Ciência Política.** O Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Ciência Política teve como objetivo agregar aos servidores do Legislativo novas habilidades e competências essenciais ao aprimoramento técnico-profissional, de modo a contribuir para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das funções desenvolvidas no Poder Legislativo. Buscou, assim, formar profissionais aptos a compreender instituições, fundamentos e processos políticos e neles atuar. As habilidades de análise sobre estrutura e processo de governo são fundamentais para aqueles que operam no Poder Legislativo.
- **Comunicação Legislativa.** O Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Comunicação Legislativa teve por objetivo a formação de servidores capazes de incorporar novas técnicas e tecnologias aos processos comunicativos desenvolvidos no âmbito do Poder Legislativo, agregando a seus quadros funcionais novas habilidades e competências, essenciais ao melhor cumprimento de seu papel institucional, aprimorando tanto seu lado técnico-profissional quanto o ético-comportamental, de modo que possam apresentar contribuições efetivas para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades de comunicação desenvolvidas pelas Casas Legislativas brasileiras, voltadas para o fortalecimento da democracia e para o pleno exercício da cidadania.
- **Direito Legislativo.** O Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Direito Legislativo teve como objetivo geral suprir as necessidades dos profissionais que atuam diretamente na área jurídica ou no assessoramento à elaboração das leis, de modo a propiciar reflexões críticas das atuais temáticas do Direito Legislativo e a permitir uma visão globalizada e profunda das novas tendências e problemáticas relacionadas ao tema, assim como agregar novas habilidades e competências, essenciais tanto ao aprimoramento técnico-profissional quanto



ético-comportamental, de modo a contribuir efetivamente para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das funções desenvolvidas pelo Poder Legislativo, voltadas ao fortalecimento da democracia e ao pleno exercício da cidadania.

- **Orçamento Público.** O Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Orçamento Público teve como objetivo geral especializar servidores públicos do Poder Legislativo e de órgãos parceiros para o desenvolvimento de atividades de excelência em uma ou mais etapas do processo orçamentário. Os objetivos específicos foram oportunizar a reflexão teórica e prática na área de Orçamento Público; produzir conhecimentos úteis para as organizações parceiras sobre as etapas de elaboração, tramitação, aprovação, controle e fiscalização do Orçamento Público; gerar o intercâmbio de experiências e projetos inovadores na área; atualizar os servidores públicos em relação a temas correlatos, como Políticas Públicas e Contabilidade Pública.
- **Avaliação de Políticas Públicas.** O Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Avaliação de Políticas Públicas teve como objetivo geral compreender o papel do Senado Federal e órgãos do Poder Legislativo na fiscalização e avaliação das políticas públicas, assim como agregar novas habilidades e competências, essenciais tanto ao aprimoramento técnico-profissional quanto ético-comportamental, de modo a contribuir efetivamente para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das ações desses órgãos. Os objetivos específicos foram os seguintes: conhecer a abordagem da avaliação das políticas públicas realizada pelo Poder Legislativo; acompanhar o ciclo das principais políticas públicas; capacitar os servidores envolvidos direta ou indiretamente no processo de elaboração, implementação e posterior avaliação das políticas públicas.
- **Gestão Integrada de Projetos. O MBA em Gestão Integrada de Projetos** teve como objetivo geral agregar novas habilidades e competências, no que se diz respeito à elaboração e integração de projetos, permitindo estabelecer priorização de investimentos, recursos e tempo, a fim de alcançar objetivos específicos e essenciais ao sucesso da Instituição. Capacitar o servidor a elaborar um projeto, da concepção à realização, habilitando-o a gerenciá-lo. Os objetivos específicos foram os seguintes: fornecer aos participantes uma visão sistêmica e abrangente das atividades relacionadas à gestão de projetos de forma integrada à estratégia da organização, seus serviços, processos, cultura e





pessoas; aplicar conhecimentos, habilidades e técnicas para a execução de projetos de forma efetiva e eficaz; compreender os processos de elaboração, definição de estratégias e avaliação; integrar projetos, sendo capaz de gerenciá-los.

- **Tecnologia da Informação Aplicada ao Poder Legislativo.** O Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Tecnologia da Informação Aplicada ao Poder Legislativo teve como objetivo geral ampliar o arcabouço teórico multidisciplinar dos profissionais de tecnologia da informação que atuam em casas legislativas, com foco na aplicação desses conhecimentos para uma atuação profissional alinhada com os objetivos institucionais do Poder Legislativo e com o estado da arte de tecnologia da informação e de gestão. Os objetivos específicos foram os seguintes: compreender conceitos e elementos teóricos do processo legislativo e orçamentário e como os sistemas, serviços e informações os suportam; desenvolver modelos conceituais de ontologias de domínio com base em ontologia de fundamentação e tratar informação legislativa textual tendo em vista sua gestão, estruturação e visualização; compreender modelos de governança e de contratações de Tecnologia da informação e técnicas de gestão de projetos, engenharia e processos de negócio em relação a produtos corporativos do Senado; conhecer tendências e novas tecnologias aplicadas ao desenvolvimento de soluções de *software* e à infraestrutura de TI com foco em decisões estratégicas; reconhecer a importância da sustentabilidade e da inclusão em todos os projetos e processos de TI.
- **Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos:** O Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Justiça Social, Criminalidade e Direitos Humanos teve como objetivo geral a capacitação de profissionais ao exercício de estudos e pesquisas avançadas, em perspectiva interdisciplinar, no fluxo de possibilitar contribuições práticas ao aprimoramento e difusão das estratégias de justiça social, controle da criminalidade e defesa dos direitos humanos, de modo a promover a melhor capacitação da governança, o progresso da qualidade de vida e a elevação do bem-estar e segurança das pessoas no convívio em comunidade. Os objetivos específicos foram os seguintes: possibilitar aos alunos a reflexão e discussão crítica acerca dos desafios colocados ao Parlamento e aos gestores públicos, na atualidade, em especial, sobre a



necessidade de compreensão dos sistemas globais relacionados com a questão da segurança pública, com o combate à violência e à criminalidade, com a promoção da justiça social, da igualdade e do respeito aos direitos humanos; promover a interação de especialistas, autoridades acadêmicas, intelectuais, representantes de órgãos públicos e a sociedade em geral, sobre as experiências diversas no mundo sobre a área de enfoque do curso; propiciar o conhecimento de modernas técnicas, tecnologias e sistemáticas adotadas e aprovadas pelos governos e instituições mundiais e que tenham obtido resultados concretos na promoção da paz; possibilitar e estimular as pesquisas individuais e coletivas de novos pensares e de fórmulas resolutivas para os problemas relacionados com todo tipo de violência e de falta de segurança que acomete o Brasil e o mundo; promover a experiência *in loco* de organizações e modelos de políticas de segurança defendidos pelas instituições nacionais e mundiais reconhecidas para atuarem neste papel; facilitar a identificação de agentes com potencial para assumir papéis influenciadores de ou decisórios de regulações ou ações na promoção da segurança pública e da cultura da paz e da promoção dos direitos da pessoa humana; facilitar a elaboração de uma rede de contatos de pessoas interessadas em debater, estudar, criticar, se envolver e atuar nas várias temáticas inseridas no foco da capacitação.

- **Análise de Constitucionalidade.** O Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Análise de Constitucionalidade teve como objetivo geral sistematizar os temas fundamentais de controle de constitucionalidade, indispensáveis aos profissionais da área de Direito Público e aos que se preparam para ingressar nas diversas carreiras, garantir a soberania da Constituição sobre as demais leis infraconstitucionais, assim como agregar novas habilidades e competências, essenciais tanto ao aprimoramento técnico-profissional quanto ético-comportamental, de modo a contribuir efetivamente para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das funções desenvolvidas pelo Poder Legislativo, voltadas ao fortalecimento da democracia e ao pleno exercício da cidadania. Os objetivos específicos foram os seguintes: propiciar ao discente condições para debater as questões relativas ao Direito, analisando a relação da Constituição com as demais normas do ordenamento jurídico; possibilitar uma análise profunda sobre a compatibilidade das leis e a Constituição; analisar a situação atual do Direito e suas tendências, considerando as significativas transformações que



ocorrem na sociedade e a necessidade da elaboração de novas leis; analisar as implicações das circunstâncias políticas, sociológicas e constitucionais no âmbito do Direito Legislativo; qualificar os servidores para a realização de pesquisas e estudos específicos na área do Direito; oferecer o instrumental prático e teórico necessário à adequada análise da constitucionalidade de projetos de lei e proposições legislativas.

- **Democracia, Direito Eleitoral e Poder Legislativo.** O Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Democracia, Direito Eleitoral e Poder Legislativo teve como objetivo geral desenvolver especialistas que atuam no Poder Legislativo e na Justiça Eleitoral, no tema interdisciplinar proposto, oportunizando uma formação diferenciada, com aprimoramento técnico-profissional e ético-comportamental, com impacto positivo na qualificação dos serviços públicos prestados. Os objetivos específicos foram os seguintes: possibilitar a compreensão, sob o prisma da Ciência Política e do Direito, acerca do processo de formação do Estado Brasileiro, em especial, das conformações do Poder Legislativo e da Justiça Eleitoral, bem como de suas consequências; analisar os desafios enfrentados pelo Parlamento e pela Justiça Eleitoral e apontar caminhos possíveis para o seu enfrentamento; permitir aos estudantes uma visão holística, multidisciplinar e multicêntrica sobre a democracia e seus desdobramentos institucionalizados; debater temas contemporâneos afeitos aos processos democráticos, seu regimento, a atuação da Justiça Eleitoral e do Poder Legislativo; produzir conhecimentos úteis e aplicados para o setor público; preparar servidores para atividades de pesquisa e multiplicação de conhecimento sobre o campo estudado.
- **Poder legislativo e Direito Parlamentar.** O Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Poder Legislativo e Direito Parlamentar tem como objetivo geral suprir as necessidades dos profissionais que atuam diretamente na área jurídica ou no assessoramento à elaboração das leis, de modo a propiciar reflexões críticas sobre as atuais temáticas do Direito Parlamentar e a permitir uma visão globalizada e profunda das novas tendências e questões relacionadas ao tema, assim como agregar novas habilidades e competências essenciais tanto ao aprimoramento técnico-profissional quanto ético-comportamental, de modo a contribuir efetivamente para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das funções desenvolvidas pelo Poder Legislativo, voltadas ao fortalecimento da



democracia e ao pleno exercício da cidadania. Os objetivos específicos são os seguintes: propiciar ao discente condições para debater as questões relativas ao Poder Legislativo e ao Direito Parlamentar, no contexto econômico e social da globalização e dos desafios contemporâneos da democracia, com os seus múltiplos desdobramentos e consequências; possibilitar uma análise profunda da situação atual do Poder Legislativo e do Direito Parlamentar e suas tendências, considerando as significativas transformações que ocorrem na sociedade; analisar as implicações das circunstâncias políticas, sociológicas e constitucionais no âmbito do Direito Legislativo; compreender a dinâmica política e jurídica do processo legislativo no Congresso Nacional, especialmente no Senado Federal, a partir das normas constitucionais, legais e regimentais relevantes, bem como da prática parlamentar; oferecer aos alunos condições de minutar projetos de atos normativos e intervenções no processo legislativo de alta qualidade, a fim de que possam subsidiar os parlamentares em suas funções; qualificar os servidores para a realização de pesquisas e estudos específicos na área do Direito Parlamentar; contribuir para a formação de profissionais multiplicadores do conhecimento sobre o Direito Legislativo.

A organização curricular, periodização, conteúdos, critérios para ingresso, cronograma de realização e questões operacionais estão definidos nos projetos pedagógicos dos cursos, tendo como baliza o Regulamento dos Cursos de Pós-graduação do ILB.

O público-alvo desses cursos são, preferencialmente, os servidores dos três níveis do Poder Legislativo e de outros órgãos conveniados, de acordo com o limite de vagas fixado para cada curso.

Os programas de educação do Senado Federal estão explicitados e organizados por meio do Plano Anual de Capacitação do Senado Federal (PCASF).

O corpo discente é constituído por servidores internos, pertencentes aos quadros do Senado Federal, e servidores externos, pertencentes a órgãos conveniados. Para o programa de Pós-graduação *Lato Sensu*, está prevista a distribuição de um percentual do número total das vagas para estes últimos. Todos os candidatos devem participar de processo seletivo composto de avaliação escrita e coordenado por comissão designada para tal. Para ingresso nos cursos de especialização, os alunos, além de aprovados, precisam ser autorizados pela chefia imediata e cumprir as determinações do regimento próprio de cada curso e da legislação vigente.



Cada curso possui coordenações geral e pedagógica específicas, que acompanham os docentes, em sua atuação disciplinar, e os discentes ao longo do percurso da especialização. O acompanhamento de cada Pós-graduação *Lato Sensu* é realizado pela equipe da Coordenação de Educação Superior, contando com o suporte do Serviço de Secretariado Acadêmico, que auxilia na organização, logística e atendimento aos alunos. A supervisão de cada ação é efetuada pela Comissão Própria de Avaliação e pelo Comitê Científico-Pedagógico, em consonância com suas competências regulamentares.

Sempre que necessário, são realizadas ações de apoio pedagógico aos discentes de forma individualizada ou em grupo. Também é prestado aporte didático-pedagógico aos docentes por meio das coordenações de cada curso.

### 5.1. Política de Capacitação e Desenvolvimento (atualização curricular, avaliação dos cursos, combinação de modalidade semipresencial se previsto no PDI)

A Política de Capacitação do Senado Federal foi estabelecida no Anexo IV do Regulamento Administrativo do Senado Federal<sup>6</sup>, onde estão estabelecidos os princípios que regem as ações de capacitação do Senado Federal, em que há destaque para a busca pelo atendimento da demanda institucional, uma vez que as ações de treinamento devem estar vinculadas às diretrizes, estratégias e metas fixadas pela Alta Administração da Casa. Os princípios também fazem referência à necessidade de promover eventos educacionais com excelente qualidade para manter um quadro técnico-profissional de alto nível, incentivar a educação continuada, com equidade de oportunidades, estimular a difusão de conhecimento de interesse do Poder Legislativo, avaliar os resultados das ações por meio de critérios objetivos e procurar ações integradas e parcerias com outros órgãos da Administração Pública.

O ILB é o órgão responsável pela execução das capacitações internas, que devem atender às demandas da Casa e possuir caráter específico, voltado para as funções legislativas. Devem ser priorizadas as ações de capacitação interna, salvo se houver

<sup>6</sup> Regulamento administrativo do Senado Federal (Resolução nº 13, 2018) com as alterações referendadas até o Ato da Comissão Diretora nº 1, 2, 4 e 6, de 6 de maio de 2021.



vantagem econômica ou necessidade institucional que justifique a contratação externa. Nesse caso, será priorizada a capacitação em Brasília. O aspecto específico das ações de capacitação e o princípio da economicidade levam a determinar que sejam selecionados prioritariamente servidores do Senado para os encargos educacionais. O recrutamento é feito por meio do Banco de Talentos do Senado Federal e os servidores selecionados para os encargos podem fazer jus a receber, conforme a titulação e o encargo educacional, a Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso (GECC)<sup>7</sup>. O resultado dos trabalhos dos servidores selecionados é avaliado de forma a subsidiar as próximas seleções.

Os órgãos do Senado Federal e todos os gestores são responsáveis pelo planejamento, acompanhamento e avaliação das ações de capacitação sob a coordenação técnica do ILB, que conta com o Comitê Científico-Pedagógico e o Conselho de Supervisão. O ILB consolida o planejamento de capacitação da Casa no Plano de Capacitação Anual dos Servidores do Senado Federal (PCASF), que trata das seguintes modalidades: capacitação interna, capacitação externa em atividades de extensão e capacitação externa em cursos de Pós-graduação. É possível a destinação de vagas a servidores de outros órgãos, com preferência para instituições parceiras.

Por meio da atuação da CPA, as ações de capacitação do Senado são avaliadas permanentemente em termos de efetividade do processo de aprendizagem, adequação aos planos e metas da unidade do servidor, impacto no trabalho do servidor (eficácia da capacitação) e contribuição ao desempenho institucional do Senado.

## 5.2. Incentivo à pesquisa

As estratégias de apoio e incentivo à pesquisa junto ao corpo discente e docente extrapolam as estruturas físicas do ILB, articulando os recursos e serviços disponíveis em âmbito institucional.

No Senado Federal, até 2017, era realizado bianualmente o Coleção de Teses, Dissertações e Monografias dos Servidores do Senado Federal, um concurso por meio do qual trabalhos acadêmicos inéditos, de qualidade e com relação aos temas de interesse do Parlamento, foram selecionados. Os autores das teses, dissertações e monografias de especialização escolhidas nessa seleção foram agraciados com a publicação das respectivas obras em formato impresso, o recebimento de alguns exemplares físicos, bem como a designação do selo Edições Técnicas do Senado Federal às obras. Este concurso

<sup>7</sup> Em consonância com o Art. 76-A da Lei 8112 de 1990.



possuiu como mérito estimular a pesquisa realizada pelos servidores do Senado Federal, nos níveis de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*, abrangendo monografias de especialização, dissertações e teses. Seu impacto pode ser observado, em especial, no incentivo que provê aos discentes e orientadores dos cursos de Pós-graduação do ILB.

Outra iniciativa exitosa são os eventos técnicos-científicos, a exemplo do Seminário de Estudos e Pesquisas no Legislativo, uma das iniciativas institucionais com o intuito de fomentar o desenvolvimento de estudos, pesquisas e intercâmbios, oportunizando o debate sobre temas relevantes para o trabalho legislativo e para o cumprimento das competências institucionais do Senado Federal. A edição de 2014, por exemplo, contou com a participação de 21 representantes nacionais do Poder Legislativo Federal e Distrital, do Poder Executivo, de órgão de fomento à pesquisa e de pesquisadores que estudam o Poder Legislativo em instituições de pesquisa.

São destaques também como eventos desenvolvidos pelo ILB: 11º Encontro Nacional do Gitec (Grupo Interlegis de Tecnologia), contando com sua última edição em 2019<sup>8</sup>; Ciclos de Palestras (no Poder Legislativo, em 2016) e para Vereadores (em 2021 e 2022).

Projetos dessa natureza são reconhecidos por oferecer ao público um panorama do que está sendo pesquisado no momento, as metodologias utilizadas, bem como as fontes disponíveis. Do mesmo modo, representa um incentivo para que os estudantes de Pós-graduação pensem seus trabalhos de conclusão de curso.

O ILB busca estabelecer parcerias para facilitar a participação do corpo docente, discente e de técnicos educacionais em eventos externos de pesquisa. Nos últimos anos, recorrentemente, foi proporcionada a participação gratuita de alguns docentes e técnicos educacionais em encontros voltados para assuntos educacionais.

Importante frisar a produção da Revista de Informação Legislativa (RIL) pelo Senado Federal. O periódico, com mais de 50 anos de existência, foi classificado pela Capes com *Qualis* A2 na área de Direito. A RIL é uma importante fonte de pesquisa e um instrumento de publicação de pesquisas desenvolvidas, inclusive, por servidores do Senado Federal.

Algumas áreas internas do Senado Federal são importantes recursos de pesquisa no âmbito do Parlamento. A área de pesquisa de Opinião Pública, vinculada à Secretaria de Transparência do Senado Federal, disponibiliza os bancos de dados próprios para

---

<sup>8</sup> <https://engitec.interlegis.leg.br/>



pesquisadores internos desenvolverem estudos a partir de fontes secundárias. Do mesmo modo, a Biblioteca do Senado Federal oportuniza a consulta ao acervo físico e virtual, oferece um serviço de apoio à pesquisa bibliográfica e garante o acesso a bases de dados nacionais e estrangeiras, bem como a consulta a periódicos<sup>9</sup>, o que abrange revistas, materiais audiovisuais e dados de áreas diversas, a exemplo do Direito e Administração Pública. O Arquivo do Senado, por sua vez, pode ser consultado por pesquisadores internos e externos e disponibiliza documentos históricos não acessíveis em versão digital.

### **Grupos de Estudos e Pesquisas Acadêmicas**

Os Grupos de Estudos e Pesquisas Acadêmica (GEPA) tiveram início em 2016, com o objetivo geral de consolidar o ILB como uma instituição voltada para a promoção e o fomento de conhecimento, bem como ações concretas baseadas no tripé ensino, pesquisa e extensão. Nesse contexto, Os Gepa têm o objetivo geral de atender as necessidades de aperfeiçoamento e de constante atualização de servidores que já possuem graduação completa, com temas em discussão no Senado Federal e na sociedade, em geral, bem como:

- discutir e problematizar questões relacionadas ao Poder Legislativo;
- produzir e disponibilizar novos conhecimentos aos cidadãos;
- sistematizar temas essenciais à compreensão das características institucionais específicas do Poder Legislativo;
- agregar novas habilidades e competências;
- contribuir efetivamente para o desenvolvimento e aperfeiçoamento dos participantes.

O propósito do ILB, com os GEPA, é não só gerar conhecimentos e competências, mas também disponibilizar, ao Senado e à sociedade, os resultados das pesquisas produzidas, por meio de cursos presenciais e *online*, de publicações de artigos e de livros, bem como outras iniciativas que visem a contribuir com a disseminação de conhecimento e o estímulo ao debate, sobre temas que permeiam a atividade legislativa.

Para além disso, a importância dos grupos de estudos, para o ILB, insere-se num contexto maior, qual seja a necessidade, prescrita na Lei de Diretrizes e Bases da

<sup>9</sup> <https://intranet.senado.gov.br/educacao/base-de-dados-externa/bases-de-dados-externas>





Educação (LDB), de que as instituições de ensino superior desenvolvam pesquisa acadêmica. A existência de grupos de estudos também é uma exigência para que o ILB possa oferecer mestrado e, no futuro, também doutorado.

Assim, em dezembro de 2016, quatro grupos de estudos foram selecionados, por meio de edital, a participarem da primeira edição dos Gepa, nas seguintes áreas:

- Orçamento Público;
- Ciência Política;
- Comunicação Legislativa;
- Tecnologia da Informação voltada ao Legislativo.

Com a desistência do grupo de Ciência Política, três grupos concluíram as atividades. Os trabalhos, publicados no site do ILB, estão disponíveis a toda a sociedade.

O primeiro grupo, da área de orçamento, escreveu quatro artigos:

- Gestão fiscal responsável na regulação das competências privativas do Senado Federal,
- Orçamento e Gênero,
- Quanto custam nossas Leis?
- Orçamento, democracia e processo legislativo: trajetórias em construção.

O segundo grupo de estudos, da área de Comunicação Legislativa, apresentou, como produto final, um artigo intitulado “O Papel da Comunicação do Poder Legislativo no Panorama Comunicacional da Sociedade: estudo comparado Brasil e Estados Unidos”, com 27 páginas. Além disso, o grupo apresentou o projeto pedagógico do curso de extensão em “Mídias Sociais e Poder Público”, realizado pelo ILB em três edições distintas, até o final de 2021.

O terceiro grupo de estudos, na área de Tecnologia da Informação voltada ao Legislativo, apresentou, como produto final, o livro “Legimática: extração automatizada de informação legislativa jurídica”, com 73 páginas.

Em 2019, a segunda edição dos GEPA teve início com oito novos grupos selecionados, entre 22 projetos concorrentes:

- Tecnologia da Informação
- Direito (2 grupos)
- Comunicação Legislativa
- Governança, Transparência e Participação Popular
- Ciência Política
- Políticas Públicas



- Gestão Pública

O grupo de Comunicação Legislativa teve, no decorrer do tempo, suas atividades interrompidas, restando sete grupos, que apresentaram os seguintes trabalhos.

Resultados da 2ª Edição dos Grupos de Estudos e Pesquisas Acadêmicas		
Área Temática	Títulos dos Projetos	Produtos Finais
Ciência Política	Produção Legislativa do Senado Federal	<p>Quatro artigos acadêmicos intitulados:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● “Avaliando a produção de leis no Brasil: Dominância do Executivo e novo papel do Legislativo”.</li> <li>● “Novos padrões de produção legislativa e uma radiografia do Senado”.</li> <li>● “Determinantes do sucesso de projetos de lei apresentados por senadores”.</li> <li>● “Panorama dos projetos honoríficos no Senado Federal”.</li> </ul>
Governança, Transparência e Participação Popular	Legislação coletiva e o Senado Federal: reflexões sobre instrumentos de e-democracia direta	<p>Quatro artigos sob o título:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>● Legislação Coletiva e o Senado Federal: reflexões sobre instrumentos de e-Democracia;</li> <li>● Iniciativas Institucionais de e-Democracia: uma Apreciação das Experiências Digitais das Casas Legislativas Federais;</li> <li>● Contornos Jurídicos da e-Democracia e a (im)possibilidade da Ágora Digital;</li> </ul>



		<ul style="list-style-type: none"> <li>• Incorporação da Tecnologia à Participação Política: uma abordagem teórica de e-Democracia</li> </ul>
Tecnologia da Informação	Aplicação da Inteligência Artificial na classificação automática de textos: o caso da triagem de solicitações à Consultoria Legislativa	<p>Um artigo acadêmico e outros dois produtos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Aplicação da Inteligência Artificial na classificação de textos: o caso da triagem de solicitações à Consultoria Legislativa do Senado Federal (artigo);</li> <li>• Código fonte do protótipo em <i>software</i>;</li> <li>• Apresentação do resultado da pesquisa no evento “Conversando Tecnologia”.</li> </ul>
Políticas Públicas	Políticas públicas constitutivas e regulatórias: análise da atividade legislativa do Congresso Nacional na área da saúde complementar	<p>Um artigo acadêmico intitulado:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• “A atuação parlamentar na saúde suplementar: Câmara dos Deputados e Senado Federal, 1998-2018”.</li> </ul>
Direito	Criminalização da política e Poder Legislativo: o regime jurídico da responsabilidade pelo exercício da função legislativa	<p>Um livro sob o título:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• “Criminalização da política, corrupção e Poder Legislativo: A responsabilidade pelo exercício da função legislativa”.</li> </ul>
Gestão Pública	Pra que inovar? – teorias e práticas para definição de um programa de inovação adequado ao Senado Federal	<p>Cinco artigos acadêmicos acompanhados de infográficos e bibliografia pesquisada comentada:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• “Inovação na Gestão Pública no Brasil: características e desafios contemporâneos”;</li> <li>• “Equipes de inovação no setor público: modelos e formas de atuação”;</li> </ul>



		<ul style="list-style-type: none"> <li>• “Avaliação do contexto e da expectativa do Senado Federal em relação à Inovação”;</li> <li>• “Modelo para mensurar o valor produzido pelas iniciativas de inovação no contexto interno do Senado Federal”;</li> <li>• “Se Nainova? Organização e estratégias para o fomento à inovação no Senado”.</li> </ul>
Direito	O fortalecimento do Poder Legislativo em face da participação popular mediante instrumentos de <i>accountability</i>	<p>Um livro e um artigo acadêmico:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• “O fortalecimento do Poder Legislativo pela <i>accountability</i> societal” (livro);</li> <li>• “Entre a bússola e o GPS: o Senado Federal e os desafios da atividade regulatória em um contexto de permanentes transformações” (artigo).</li> </ul>

Em 2020, uma terceira versão dos GEPA seria iniciada, mas com o isolamento social, devido à pandemia de vírus Covid-19, o ILB suspendeu nova seleção até o retorno dos trabalhos presenciais. O momento também serviu para repensar o atual formato dos grupos de estudos, com o objetivo de atender a outras demandas do Senado Federal.

### **Cursos de Extensão**

O ILB iniciou, no segundo semestre de 2017, a oferta de cursos de extensão de curta duração, de nível de Pós-graduação para servidores com titulação mínima de graduação. Naquele ano, foram oferecidos os dois primeiros cursos, ambos com 35 vagas e turmas presenciais, para servidores do Senado Federal e órgãos parceiros, com os seguintes nomes:

- Comunicação, Legislativo e Sociedade;
- Legislação e Processo Político: Teoria e Prática no Legislativo.

Ao longo de 2018, foi realizado, no primeiro semestre, apenas um curso de extensão, com o nome “Mídias Sociais e Poder Público”. A opção por não realizar nenhum outro curso durante o ano foi devido ao período eleitoral, no segundo semestre, que obstaculizou a participação de muitos servidores.



Em 2020, o ILB realizou, no segundo semestre, dois cursos de extensão e participou de um terceiro, sobre Licitações Públicas, em parceria com a Escola de Governo da Câmara dos Deputados (o Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento - CEFOR). Devido ao isolamento social causado pelo Covid-19, os cursos de extensão, assim como os de especialização, passaram a ser realizados virtualmente, pela Plataforma *Teams*, adquirida pelo Senado Federal. Em modo virtual, foi possível ampliar o número de alunos de algumas turmas, que passaram a ter até 60 alunos, cada uma delas.

Dos cursos realizados, um deles foi em Contas Públicas, em parceria com a Escola de Governo do Tribunal de Contas da União, Instituto Serzedello Corrêa, que arcou com as despesas acadêmicas. Neste curso, o CEFOR, como parceiro, também recebeu vagas para servidores da Câmara dos Deputados. O Segundo Curso, de Defesa Nacional e Poder Legislativo, foi realizado em parceria com a Escola Superior de Guerra (ESG), vinculada ao Ministério da Defesa. Esta ação educacional foi administrada e secretariada pelo ILB, mas contou com professores tanto da ESG quanto do Senado Federal. Além de alunos do Senado Federal e do Ministério da Defesa, o curso contou ainda com a participação de servidores da Câmara dos Deputados.

Em 2021, o ILB ofereceu duas turmas de Mídias Sociais e Poder Público, uma no primeiro semestre e outra, no segundo, ambas lotadas e com filas de espera. No primeiro semestre, em parceria com a ESG, o instituto ofereceu também uma nova turma de Defesa Nacional e Poder Legislativo, nos mesmos moldes do primeiro curso, realizado em 2020.

### 5.3. Apoio aos estudantes (apoio psicopedagógico)

O apoio pedagógico aos alunos é realizado pela Coordenação Pedagógica do curso em que o aluno está matriculado. Esse apoio é efetuado remotamente, por meio da Plataforma de educação a distância, ou através de consulta realizada na sala dos coordenadores. Os alunos podem receber suporte e sanar dúvidas, o sigilo é garantido em todo o atendimento, visando preservar as partes envolvidas em cada situação. Quando existe a necessidade, solicitações de alunos são levadas à Coordenação da unidade e, em última instância recursal, ao Comitê Científico-Pedagógico.

O apoio psicológico, conforme citado no item 4.3, quando necessário, é realizado por um órgão especializado do Senado Federal.



O ILB conta com profissionais formados em psicologia e educação que podem ser acionados em caráter complementar, visto que não existem atualmente, cargos relacionados com essas atividades à disposição do Instituto.

#### 5.4. Acompanhamento de egressos

O ILB faz o acompanhamento dos egressos em outubro de cada ano, enviando questionários às turmas que tenham sido encerradas no ano anterior. O primeiro acompanhamento dos egressos foi feito no segundo semestre de 2015 com as duas turmas que encerraram as aulas em 2014: Direito legislativo e Administração Legislativa. Desde então, essa ação se mantém, revelando importantes elementos sobre a efetividade das capacitações oferecidas pelo ILB.

O objetivo do acompanhamento é observar o andamento das carreiras dos egressos, em termos de promoção e rotatividade e também registrar qual é a percepção que os ex-alunos possuem do curso feito e do impacto que ele teve em suas trajetórias profissionais.

As questões enviadas aos ex-alunos foram:

- Você continua no mesmo local de trabalho após o curso?
- Se não, onde você trabalha hoje? (Favor ser específico, gabinete, secretaria, órgão, empresa).
- A área de conhecimento com que você trabalha é a mesma do curso?
- Você recebeu alguma promoção após terminar o curso?
- O curso de especialização feito no ILB ajudou você em sua carreira? Como?
- Você publicou algum trabalho acadêmico após o curso?

#### 5.5. Ações de avaliação

Nas ações educacionais de nível superior a avaliação da aprendizagem discente é realizada por disciplina, e leva-se em conta sua assiduidade e aproveitamento. Para obter aprovação em cada componente curricular, além da frequência mínima, cada aluno deve atingir os objetivos de aprendizagem e desempenho propostos no plano de ensino.

Os alunos são avaliados mediante a aplicação de atividades aplicadas pelo facilitador de aprendizagem e apresentadas por este no primeiro dia de aula de cada disciplina, por meio do plano de ensino. As avaliações podem consistir em provas,



trabalhos individuais ou em grupo, participação em sala de aula ou outros instrumentos definidos pelo facilitador de aprendizagem, que atestem o efetivo aprendizado dos alunos. Espera-se que a avaliação seja realizada com base em mais de um instrumento. Já a avaliação do trabalho de conclusão de curso (TCC) é realizada por intermédio de banca examinadora.

Em consonância com os arts. 18 e 19 do Regulamento dos Cursos de Pós-graduação *Lato Sensu* do ILB, após a conclusão de cada disciplina, o aluno pode obter nota entre 0 a 10, permitindo-se apenas uma casa decimal. O aluno deve obter, em cada disciplina, nota final igual ou superior a 6,0 (seis), frequência igual ou superior a 75% do total de aulas, assim como menção "aprovado" (nota mínima 6,0) no trabalho escrito e na apresentação oral do TCC.

Ao aluno é facultado recorrer do resultado da avaliação de cada disciplina, sendo que a interposição é feita exclusivamente pelo interessado junto ao Serviço de Secretariado Acadêmico, em até 5 (cinco) dias úteis a contar do dia seguinte à divulgação do resultado da avaliação. Nos casos de provas, o aluno pode pedir vistas. Depois de esgotado o prazo para apresentação do recurso, a Coordenação-Pedagógica do curso notifica a decisão do professor em até 10 dias úteis.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é responsável pela condução dos processos de avaliação interna do ILB, bem como por sistematizar e prestar as informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

O processo de autoavaliação é feito de modo amplo, contínuo e cíclico, sendo desenvolvido na perspectiva de ter seu nível de complexidade ampliado ao longo do tempo - de acordo com o crescimento dos cursos do ILB. Ademais, tem como objetivo avaliar e analisar todos os aspectos relevantes da Instituição com intuito de buscar o desenvolvimento integral e a melhoria constante da qualidade do processo educacional do Instituto Legislativo Brasileiro.

A CPA do ILB envolve alunos, professores, funcionários, gestores, egressos e representantes da sociedade para discussão do processo de autoavaliação e para elaboração de instrumentos de pesquisa e de relatórios. Busca-se a efetiva mensuração da qualidade dos processos vinculados aos programas de ensino desenvolvidos, bem como a avaliação dos instrumentos empregados.



## 5.6. Processo seletivo discente

As coordenações educacionais do ILB disponibilizam para os seus públicos-alvo as informações de seleção e vagas dos seus cursos por intermédio de diferentes estratégias de comunicação junto ao seu público-alvo, a exemplo de E-mail marketing, de notícias e banners eletrônicos na Intranet e nas páginas próprias na Internet. No processo de divulgação externa das vagas, o Instituto conta com a cooperação de órgãos parceiros, inclusive, com a veiculação de peças produzidas pelo ILB.

## 6. Infraestrutura

O ILB está instalado no Bloco 12, do Senado Federal. Nesse espaço estão as salas de aula, a secretaria acadêmica, a assessoria técnica do Programa Interlegis, o gabinete da Diretoria Executiva e as coordenações de ensino do ILB. A manutenção do prédio é garantida pelas áreas técnicas do Senado Federal, a exemplo da Secretaria de Infraestrutura. As instalações possuem iluminação e ventilação adequadas, sendo que todas as salas e os sanitários possuem janelas próprias, com exceção da copa.

### 6.1. Instalações Administrativas (dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, segurança, acessibilidade e conservação)

O prédio do ILB atende também ao corpo técnico-administrativo da Escola de Governo do Senado Federal. As salas administrativas estão divididas da seguinte maneira:

- sala destinada à Diretoria-Executiva – possui 5 Estações de trabalho;
- sala destinada à Coordenação-Geral - possui 2 Estações de trabalho;
- sala destinada à Chefia de Gabinete da Diretoria-Executiva - possui 3 Estações de trabalho;
- sala destinada à Assessoria de Gabinete da Diretoria-Executiva – possui 8 estações de trabalho;
- sala destinada à Coordenação de Educação Superior – possui 15 estações de trabalho;
- sala destinada à Coordenação de Capacitação, Treinamento e Ensino – possui 44 estações de trabalho;





- sala destinada à Coordenação de Planejamento e Relações Institucionais – possui 24 estações de trabalho;
- sala destinada ao Núcleo Multimídia que presta serviço de produção e armazenamento de vídeos para o ensino a distância com espaço para armazenamento dos vídeos e maquinário de edição e de produção;
- sala destinada à CPA e ao CCP;
- sala de atendimento aos discentes;
- copa - espaço com pia, escorredor, geladeira, forno micro-ondas e armários.

## 6.2. Salas de aula

O ILB possui 3 salas de aula, duas com capacidade para acomodar até 35 pessoas e uma terceira que acomoda até 50 pessoas. As salas possuem computador próprio e projetor. Há também sistema de áudio, quadro branco e *flipchart* à disposição dos professores. Há ar-condicionado em todas as salas. As salas de aula possuem mobiliário adequado e adaptado.

Em virtude do período pandêmico e da necessidade de incorporação de novas práticas de ensino adaptadas ao contexto atual, duas salas de aula estão em fase de reestruturação e passarão a ser equipadas tecnologicamente para a realização de ensino híbrido.

## 6.3. Auditórios e espaços complementares para ações educacionais

Os alunos e professores do ILB possuem à disposição o auditório Senador Antônio Carlos Magalhães, no prédio do Interlegis, com capacidade Capacidade: 108 pessoas sentadas (é possível aumentar a capacidade com a disposição de até 40 cadeiras extras)<sup>10</sup>, onde acontecem seminários, palestras e outros eventos educacionais presenciais, com a possibilidade de gravação e transmissão ao vivo pela Internet.

Ademais, o Auditório Petrônio Portela, localizado no Anexo II do Senado Federal, com capacidade de 445 lugares, também está disponível à comunidade acadêmica do ILB. Conforme o Manual de Eventos do Senado, o espaço é recomendado para a realização de

<sup>10</sup> Fonte: Manual de Eventos do Senado Federal. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/manual-de-eventos>



ações educacionais, como “congressos, seminários, simpósios, conferências, fóruns, painéis, palestras e exibição de filmes e documentários”<sup>11</sup>. Ressalta-se que o recinto já foi palco para a abertura e o encerramento de cursos de Pós-graduação, além de aulas magnas.

O auditório do Serviço Médico do Senado Federal também pode ser destacado como espaço de atividades, acolhendo, em torno de 40 pessoas sentadas.

Todos os três auditórios possuem equipamento multimídia para a realização de eventos (computador, telão, projetor etc), assim como ar-condicionado, *flipchart* e quadro.

Considerando o complexo predial do Senado Federal, há que se destacar outros ambientes utilizados de forma complementar no desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa ou extensão:

- Salão Nobre (capacidade para 80 pessoas), onde também opera o Museu do Senado;
- Plenários das Comissões (capacidades para 40 a 60 pessoas sentadas) para aulas e eventos interativos no período alternativo aos trabalhos das comissões legislativas;
- Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho (capacidade para 60 pessoas em pé ou 20 sentadas), especialmente utilizada em rodas de leituras e lançamento de obras no período vespertino ou noturno;
- Espaço do Servidor (capacidade para 80 pessoas), localizado nas proximidades do ILB, ocupado em ações culturais, confraternizações e ações de integração, dispondo também de praça de alimentação nas mediações.
- NAINOVA (duas salas com, respectivamente, 20 e 40 lugares), também está situado nas cercanias do ILB, com foco no desenvolvimento de projetos práticos de inovação e de *coworking*. Os recintos também são utilizados para ações educacionais, como oficinas, ou eventos de integração, contando com mobiliário, equipamentos multimídia, de informática, rede de Internet e videoconferência.

<sup>11</sup> Fonte: Manual de Eventos do Senado Federal. Disponível em <https://www12.senado.leg.br/manualdecomunicacao/manual-de-eventos>



Por fim, o Senado Galeria, os Salões Negro e Branco, Espaço Ivandro Cunha Lima são utilizados para a realização de exposições institucionais, artísticas e educacionais.

#### 6.4. Espaço para atendimento aos discentes

A Secretaria Acadêmica do ILB está localizada no Bloco 12 do Senado Federal. Funciona das 9h às 17h, de segunda à sexta-feira. Conta com cinco colaboradores, sendo dois estagiários. A estrutura física comporta 7 estações de trabalho, uma impressora, um balcão para atendimento e dois armários para guarda e arquivo de documentos. Quando há aulas presenciais no período noturno, a secretaria funciona até às 22h.

O ILB destina espaços próprios ao atendimento de alunos por professores e coordenadores, permitindo privacidade.

A sala de atendimento aos alunos conta com computadores, telefone e mobiliário adequado. O outro espaço é compartilhado com a Comissão Própria de Avaliação, que conta com mesa de reunião, computador e telefone próprio.

Todos os espaços são de fácil acesso, localizados no mesmo bloco das salas de aula.

#### 6.5. Infraestrutura destinada à CPA

A CPA dispõe de sala de reuniões, além de computador e estante para guarda de material. A Secretaria Acadêmica atende à CPA na parte administrativa, como, por exemplo, na elaboração das atas das reuniões e coleta das assinaturas, na organização de documentos e no contato com os membros da CPA.

#### 6.6. Instalações sanitárias

O prédio do ILB possui um banheiro masculino, com 2 mictórios, 3 sanitários completos, um sanitário adaptado a pessoas portadoras de necessidades especiais e três pias completas. O banheiro feminino possui 3 sanitários completos, um adaptado a pessoas portadoras de necessidades especiais, e 3 pias completas.

O Espaço do Servidor, localizado próximo ao ILB, também possui instalações sanitárias que atendem aos alunos do ILB, tanto no térreo, quanto no mezanino, contendo dois mictórios e um sanitário completo, no masculino, e dois sanitários completos, no feminino.



Todos os espaços complementares às ações educacionais contêm instalações sanitárias.

## 6.7. Biblioteca

O corpo discente e docente do ILB dispõem das obras e dos serviços de pesquisa prestados pela Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, do Senado Federal, instituição com quase dois séculos de atuação, que possui um espaço de mil e trezentos metros quadrados, composta de um acervo de 200 mil livros, além de 27 mesas de 4 lugares para estudo *in loco*.

### **Coleções**

A Biblioteca do Senado Federal dispõe de acervo multidisciplinar para subsidiar os trabalhos parlamentares e pesquisas acadêmicas, com a profundidade e a atualidade necessárias, em razão da diversidade dos assuntos discutidos no Congresso Nacional. O acervo é especializado em Ciências Sociais, sendo composto por 60% de obras de Direito, Ciência Política, Economia e Administração, e 40% pelas demais áreas de conhecimento.

O acervo da Biblioteca é formado por, aproximadamente, 200 mil livros, dos quais 12 mil são obras de referência (dicionários, enciclopédias, glossários e outros) e 29 mil são folhetos (obras com até 48 páginas). Esses números são dinâmicos com variações de um ano para outro. O crescimento dessa coleção é de, aproximadamente, 5 mil publicações por ano.

A coleção de revistas impressas, nacionais e estrangeiras, tem mais de 290 mil fascículos, e inclui, também, anuários e almanaques, totalizando cerca de 4.500 títulos.

A Biblioteca do Senado Federal seleciona e indexa artigos de jornais desde 1972. A coleção é formada por exemplares de jornais impressos e na íntegra. O arquivo de recortes de jornais possui aproximadamente 3 milhões de recortes de matérias selecionadas de 13 jornais brasileiros: Brasil Econômico, Correio Braziliense, O Dia, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo, Jornal do Brasil, Tribuna do Brasil, Tribuna da Imprensa, Jornal da Tarde, Gazeta Mercantil, Jornal de Brasília e Valor Econômico. Os recortes de cerca de 7 mil assuntos estão organizados em pastas. Desde 1987, artigos de jornais, especialmente os de opinião, e os de autoria de senadores, fazem parte da base de dados de jornais da RVBI. Em 2004, foi implantado o Banco de Notícias (BNOT), sistema de clipping eletrônico de recortes de jornais, em texto completo,



totalizando mais de 200 mil documentos. A Biblioteca recebe atualmente oito jornais brasileiros: Brasil Econômico, Correio Braziliense, O Dia, O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, O Globo, Jornal de Brasília e Valor Econômico. Suas notícias capturadas da Internet são depositadas na Biblioteca Digital do Senado Federal – BDSF.

### **Coleção de Multimeios**

Composta por cerca de 9.400 itens, incluindo CDs, DVDs, mapas, *slides* e 4.200 microfimes. A Coleção tem vários números de 103 títulos dos principais jornais editados no país a partir de 1810 e relatórios ministeriais e presidenciais do Brasil, da época do Império e da Primeira República.

### **Obras Raras e Especiais**

A coleção de obras valiosas da Biblioteca do Senado Federal é composta por 9.000 volumes, entre livros, revistas, jornais e mapas. O acervo contém obras com mais de 300 anos, sendo a mais antiga o *Novus Orbis*, seu, *Descriptionis Indiae Occidentalis*, de Johannes de Laet, datada de 1633. O livro é uma descrição geográfica, científica, etnológica e linguística da América, com especial destaque para o Brasil. Até outubro de 2009, a consulta à coleção de obras raras era restrita às dependências da Biblioteca. No entanto, a partir de novembro daquele ano teve início a digitalização das publicações valiosas que passaram a fazer parte da Coleção Digital de Obras Raras, colocando várias raridades à disposição de qualquer pessoa conectada à Internet.

### **Coleção Luiz Viana Filho**

A coleção particular do Senador Luiz Viana Filho, composta por 11.687 publicações, foi adquirida pelo Senado Federal em 1997 e incorporada ao acervo da Biblioteca. Inclui as primeiras edições de obras em Língua Portuguesa de autores consagrados como Machado de Assis, Eça de Queiroz, José de Alencar, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira e Graciliano Ramos. Destaca-se na coleção, o manuscrito dos versos de O casamento do diabo, de autoria de Machado de Assis.

### **Coleção Depósito Legal das publicações do Senado**

A Biblioteca é responsável pela preservação da memória editorial do Senado Federal (Resolução do Senado Federal nº 66 de 1996), sendo a guardiã de exemplares dos títulos publicados na Casa em versão impressa ou digital. A Coleção conta atualmente com cerca de 11.000 volumes.



## 6.8. Biblioteca – acervo virtual

A Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF) armazena, preserva, divulga e dá acesso, em formato digital, a mais de 300 mil documentos de interesse do Poder Legislativo e da sociedade. Além disso, propicia segurança e preservação da informação, larga visibilidade na *internet*, grande rastreabilidade em mecanismos de busca e rápida disseminação do conhecimento.

O acervo digital é variado, dividindo-se entre livros, revistas, jornais, obras raras, artigos, notas técnicas, notícias, produção intelectual de senadores e servidores do Senado Federal, trabalhos acadêmicos, relatórios, legislação em texto e áudio, entre outros documentos. Esses discorrem sobre Direito, Ciência política, Ciências sociais, cultura, atualidades, entre outros temas. As obras publicadas na BDSF são de domínio público ou possuem direitos autorais cedidos pelos proprietários, possibilitando acesso e *download* gratuitos das obras, exceto algumas coleções de acesso restrito ao corpo técnico do Senado Federal.

A Rede Virtual de Bibliotecas - RVBI é uma rede cooperativa de bibliotecas, coordenada pela Biblioteca do Senado Federal, que agrega recursos bibliográficos, materiais e humanos de doze bibliotecas da Administração Pública Federal e do Governo do Distrito Federal, dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário, com o objetivo de atender às demandas de informações bibliográficas de seus órgãos mantenedores.

O catálogo coletivo da RVBI, gerenciado pela Biblioteca do Senado Federal, proporciona o acesso a cerca de 1.080.000 títulos bibliográficos e aproximadamente 1.660.000 itens disponíveis nos acervos das 12 bibliotecas cooperantes, localizadas em Brasília. Além disso, as bibliotecas oferecem acesso a conteúdos digitais mediante assinaturas de bases de dados de *ebooks* e periódicos eletrônicos.

Os acervos da Rede têm como prioridade temática a área do Direito, especificamente a doutrina, mas abrange, também, outras áreas das Ciências Humanas e Sociais.

## 6.9. Serviço de informatização de acesso aos acervos

Os acervos da Biblioteca do Senado Federal são totalmente informatizados, permitindo rápida localização de informações internas e nas outras bibliotecas da rede.



Todos os textos selecionados para utilização em cursos do ILB são disponibilizados tanto em forma física quanto digital, preparados especialmente para os alunos dos cursos de Pós-graduação.

A Biblioteca também disponibiliza acesso a bases de dados assinadas, como a EBSCO, importantes fontes de informação técnica especializadas, que também podem ser consultadas por necessidade de trabalho ou de formação.

O sistema de busca é integrado, permitindo que uma pesquisa simples indique todas as ocorrências locais ou externas, físicas ou eletrônicas, do texto pesquisado. Dessa forma, disponibiliza o que melhor se adequa às necessidades informacionais do usuário.

Os principais serviços disponibilizados são:

- Atendimento ao usuário;
- Empréstimos;
- Levantamento bibliográfico;
- Livros novos;
- Sumários de revistas;
- Reprodução de publicações;
- Elaboração de ficha catalográfica; e
- Catálogo da Rede Virtual de Bibliotecas - Congresso Nacional.

## 6.10. Plano de atualização do acervo

O desenvolvimento e atualização do acervo da Biblioteca do Senado Federal segue as diretrizes da Política de Desenvolvimento de Coleções da Biblioteca, estabelecidas em 1997 e atualizadas em vários momentos. O setor que atua diretamente nessa tarefa, selecionando materiais bibliográficos para aquisição, é o Serviço de Desenvolvimento de Coleções, da Coordenação de Biblioteca, em trabalho conjunto e regular com a Comissão de Seleção. O serviço é composto, basicamente, de servidores da Biblioteca e de outros órgãos do Senado Federal, destacando-se a contribuição da Consultoria Legislativa da Casa.

O desenvolvimento e atualização do acervo utiliza variadas fontes para a seleção: sugestões de usuários, indicações de outros bibliotecários, indicações de membros da Comissão, bases de dados bibliográficas, catálogos e sites de editores, livreiros e fornecedores, listas de novas aquisições, boletins bibliográficos de bibliotecas, prêmios



nacionais e internacionais de literatura, resenhas e suplementos literários de jornais e revistas, feiras de livros e visitas às livrarias.

O material é escolhido, conforme a Política, de acordo com os assuntos de interesse do Senado Federal, tais como Direito, Sociologia, Agricultura, Meio Ambiente, Políticas Públicas, Educação, História e Informática, entre tantos outros, no intuito de subsidiar os trabalhos desenvolvidos pela Casa e a formação dos servidores.

O material bibliográfico é adquirido pela Biblioteca por compra ou doação, além do depósito legal de publicações editadas pelo Senado Federal. Anualmente, são adquiridos cerca de 1.500 (mil e quinhentos) livros por doação e depósito legal, e igual quantia de livros por compra. Estão assinados ainda 33 títulos de periódicos impressos e 19 eletrônicos. Quanto ao material digital (bibliográfico e não-bibliográfico), especificamente bases de dados, é adquirido mediante assinatura anual de acesso, totalizando atualmente 21 bases de dados.

## 6.11. Livraria do Senado Federal

A Livraria do Senado conta com um acervo de centenas de obras de valor jurídico, literário e político, entre outras publicações de duas editoras, a Coordenação de Edições Técnicas e o Conselho Editorial. São títulos comercializados a preço de custo. Há, além do sítio, onde obras são disponibilizadas gratuitamente para *download* ou vendidas virtualmente, há duas lojas físicas, uma na Gráfica do Senado (bloco 08) e outra dentro da Biblioteca do Senado Federal (anexo II).

Mais informações sobre a Livraria do Senado Federal podem ser consultadas em <https://livraria.senado.leg.br/index.php?route=common/home>.

## 6.12. Laboratórios

Quanto aos espaços de inovação, pesquisas e estudos, os quais atuam em articulação como ILB no desenvolvimento de projetos educacionais, deve-se destacar:





O **Instituto DataSenado**<sup>12</sup>, o qual produz, há mais de quinze anos, pesquisas<sup>13</sup>, estudos<sup>14</sup> e levantamentos<sup>15</sup> de opinião pública, abordando temas afeitos ao Poder Legislativo, ao papel dos congressistas e aos tópicos em debate no Parlamento Brasileiro. Durante sua trajetória, inclusive, em apoio a levantamentos internos e pesquisas de setores e servidores da Casa, o DataSenado contou com a participação de mais de 4 milhões de pessoas em seus trabalhos, dentre os quais destacam-se 81 pesquisas de opinião com amostra científica.

O **Laboratório da Mulher contra a Violência**<sup>16</sup>, criado em 2016, é uma área especializada que promove a realização e publicação de estudos sobre o tema, acompanha a pauta legislativa e as políticas públicas no enfrentamento da violência contra a mulher e o atendimento das vítimas, realiza campanhas e ações educacionais, disponibiliza dados e análises para a pesquisa e a formulação de estratégias de tratamento da problemática, bem como apóia a atuação da Procuradoria Especial da Mulher do Senado Federal e a Comissão Permanente Mista de Combate à Violência contra a Mulher.

O **Núcleo de Apoio à Inovação (NAINOVA)** é a área do Senado Federal responsável pelo desenvolvimento de iniciativas de transformação interna, inclusive por meio da realização de projetos de mentoria, facilitação e assessoramento, utilizando-se de sua estrutura interna de *coworking* e das salas de aula do ILB. Pode-se destacar também a atuação do Núcleo na articulação com outras organizações na promoção de ações e conteúdos educacionais, a exemplo da Jornada da Inovação<sup>17</sup>, Legistech - Fórum 2020<sup>18</sup>,

<sup>12</sup> <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/sobre>

<sup>13</sup> <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/pesquisasrealizadas>

<sup>14</sup> <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/publicacoesdatasenado>

<sup>15</sup> <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/enquetesrealizadas>

<sup>16</sup> <https://www12.senado.leg.br/institucional/omv>

<sup>17</sup> <https://intranet.senado.leg.br/intranet/administracao/relatorios/egov/relatorios/relatorio-administrativo-2019>

<sup>18</sup> <https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2020/10/evento-internacional-discute-transformacao-digital-no-legislativo>



Semana da Inovação 2020<sup>19</sup> e 2021<sup>20</sup>, *lives* sobre inovação dos processos de trabalho<sup>21</sup>, bem como outros conteúdos facilitadores da atuação das áreas do Senado<sup>22 23</sup>.

A **Biblioteca do Senado Federal**, como já mencionado no item “6.7”, dispõe de espaço para desenvolvimento de estudos documentais e bibliográficos *in loco*, contando com serviço especializado de apoio à pesquisa parlamentar, clipagem e base de dados.

Além destes órgãos, os discentes e docentes das ações educacionais do ILB contam como espaços de aprendizagem prática a assistência presencial, televisionada ou pela Internet dos trabalhos das comissões, incluindo as audiências públicas temáticas promovidas pela Casa. Do mesmo modo, o acompanhamento das pautas e atividades no plenário, ao vivo ou por meio de seu registro, é, por excelência, uma oportunidade de formação e de desenvolvimento de estudos relacionados com a área fim do Parlamento.

Quanto à oportunidade de contato com a realidade das outras organizações legislativas brasileiras e até estrangeiras, o **Programa Interlegis** tem servido de elo nesse processo de aproximação interinstitucional, permitindo o intercâmbio técnico além das fronteiras da Casa.

### 6.13. Tecnologia da Informação

O Saberes é o ambiente virtual de ensino e aprendizagem – AVA do ILB, que utiliza, de forma customizada, a plataforma *Moodle*, uma plataforma aberta, baseada em *software* livre, usada por instituições de ensino superior em todo o mundo. O Saberes é usado pelo ensino a distância e presencial no ILB, em todos os níveis, inclusive na oferta de cursos autoinstrucionais (MOOC – *Massive Online Open Courses*), permitindo o acesso amplo e irrestrito a conhecimentos e ferramentas úteis. Na Pós-graduação, os alunos têm acesso a materiais instrucionais, registro de notas, comunicação com coordenadores e professores do curso. Além disso, podem utilizar a plataforma para

<sup>19</sup><https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2020/11/senado-tera-tres-representantes-na-semana-de-inovacao-2020-que-este-ano-sera-on-line>

<sup>20</sup><https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2021/11/cheia-de-ousadia-semana-da-inovacao-2021-esta-com-inscricoes-abertas>

<sup>21</sup><https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2020/07/nainova-promove-live-no-teams-para-ensinar-sobre-o-metodo-agil>

<sup>22</sup><https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2020/08/novo-video-do-nainova-ensina-como-gravar-tutoriais-de-forma-simples-e-rapida>

<sup>23</sup><https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2020/05/produtividade-no-trabalho-remoto-uma-adaptacao-de-mindset>



realização de fóruns de discussão acadêmica e realização de pesquisas *online*, como pesquisa de satisfação e acompanhamento de egressos.

Os alunos do ILB também contam com a plataforma Teams para a realização das aulas na modalidade remota. Todo o corpo técnico e docente do ILB tem sido treinado para a melhor utilização deste recurso.

A Secretaria Acadêmica do ILB também conta com sistema informatizado próprio para a gestão acadêmica. A partir de 2021, nova ferramenta tecnológica passou a ser desenvolvida e implementada, de forma modular, com o intuito de customizar este recurso de TI à realidade da Escola de Governo do Senado Federal.

Com o intuito de facilitar o controle de demandas documentais dos cursos e facilitar a protocolização de documentos para os usuários, adotou-se como padrão institucional a ferramenta SIGAD. Desse modo, todos os requerimentos, sejam eles de docentes ou de discentes, são lançados eletronicamente por intermédio da plataforma *online*.

#### 6.14. Espaço de convivência

O Espaço do Servidor do Senado Federal é o ambiente de convivência usado pelos alunos e servidores do ILB. Localiza-se próximo ao ILB, dispõe de 1.121,89m<sup>2</sup> de área construída (37,12 m<sup>2</sup> no pavimento térreo e 484,77 m<sup>2</sup> no mezanino), com 165 mesas e 330 cadeiras. Dentre as facilidades do recinto, possui um aconchegante ambiente de interação no mezanino com mesas, sofás, TV e acesso à internet por meio da rede *wi-fi*. Em todos os andares há sanitários à disposição. Atualmente, o Espaço do Servidor contém uma lanchonete, com um cardápio variado, e dois restaurantes à la carte.

Como espaço exclusivo, também utilizado como restaurante para o receptivo de visitas institucionais, refeições com professores e palestrantes convidados, bem como para confraternizações privativas de discentes e docentes, há o restaurante-escola do Senac - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, intitulado Restaurante dos Senadores. O restaurante está localizado no Anexo II do Senado Federal (cerca de 300 metros do prédio do ILB) e tem o propósito, além da oferta variada de comidas típicas nacionais, na modalidade à la carte, é ser um espaço de prática didática na formação de profissionais do setor de gastronomia vinculados ao Senac.



## 6.15. Acessibilidade

O Senado Federal mantém aberto o programa de acessibilidade com a supervisão conjunta da Presidência da Casa, da Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais para as Pessoas com Deficiência da Comissão Parlamentar de Assuntos Sociais (CAS) e da Diretoria-Geral. O Programa de Acessibilidade e Valorização da Pessoa com Deficiência visa à inclusão da pessoa com deficiência em todas as áreas e atividades do Senado. Esse programa foi dividido em três áreas de atuação: I) Acessibilidade da Infraestrutura Urbanística e Predial; II) Capacitação, Informação, Sensibilização & Valorização; e III) Acessibilidade à Informação.

Seguem as ações do Programa já implantadas no Senado Federal por área:

- **Ações de Infraestrutura Predial e Urbanística:**

- Levantamento pela CORDE-DF das necessidades de acessibilidade predial e urbanística do Senado Federal, com a produção de um programa da TV Senado;
- Instalação de 3 elevadores para acesso ao subsolo nas alas Alexandre Costa, Nilo Coelho e Salão Negro;
- Sanitários acessíveis no Anexo II, bloco A (*hall* da Biblioteca), bloco B (*hall* do Auditório Petrônio Portela) e bloco C (subsolo da ala Nilo Coelho); edifício principal (salão negro); anexo I (térreo) e Presidência do Senado;
- Sinalização e instalação apropriada de extintores de incêndio para proteção dos deficientes visuais;
- Sinalização lateral das alas dos gabinetes de senadores e das comissões;
- Rebaixamento dos balcões da biblioteca e dos postos de atendimento da Polícia do Senado;
- Rampas de acesso ao Cafezinho dos Senadores e Tribuna de Honra do Plenário;
- Correção de desníveis às entradas do Senado, com rampas de acesso, e instalação de corrimões;
- Adequação das áreas de circulação externa entre os prédios do Senado, com rebaixamento de meios-fios, retiradas de obstáculos como tampões,



placas, postes e melhoria nos jardins, com a remoção de plantas com espinhos;

- Reformas em gabinetes de senadores que demandem instalações acessíveis;
- Adaptações das salas de todas as Comissões Permanentes;
- Acessibilidade do comitê de imprensa e posto médico do edifício principal.

- **Ações de capacitação:**

- Elaboração do curso de Qualidade no Atendimento orientado à pessoa com deficiência, tendo sido realizadas 20 turmas pelo ILB em Brasília, e em diversos Estados;
- Curso de LIBRAS para servidores e funcionários;
- Treinamento dos atendentes do serviço especial de atendimento à pessoa com deficiência no Instituto de Cegos de Brasília, Sarah Kubitschek, e ILB, com capacitação em LIBRAS.
- Estruturação do serviço para atendimento à pessoa com deficiência, com postos nas três portarias do Senado (anexo I, anexo II e edifício principal);
- Contratação de atendentes / intérpretes de LIBRAS para cobertura das Comissões Permanentes, Sessões Solenes, TV Senado, e atendimento às pessoas surdas;
- Cobertura mensal de 100 horas da programação da TV Senado por serviço de *closed caption*;
- Apoio ao funcionamento do serviço de impressão em braile da SEEP - Projeto Braille, com a aquisição de máquinas para impressão em larga escala;

- **Acessibilidade à Informação:**

- Acessibilidade digital do sítio na Internet, com três selos atestando acessibilidade: Acessibilidade Brasil, Acessibilidade Libras e W3C WAI AAA (internacional);
- Criação de Audioteca para deficientes auditivos, com gravação inicial da Constituição Federal, da Legislação de Acessibilidade e do Estatuto da Criança e do Adolescente;



- Implantação de sala de acessibilidade na Biblioteca do Senado;
- Elaboração da Cartilha de Acessibilidade do Senado Federal;
- Elaboração de Cartilha de Leis e Projetos em tramitação no Congresso Nacional orientados à pessoa com deficiência, atualizada e publicada anualmente;
- Publicação da Cartilha Criança Segura elaborada pela Secretaria de Comunicação Social da Câmara dos Deputados;
- Recomendação por meio da Subcomissão de Assuntos Sociais para as Pessoas com Deficiência à ANATEL, para a criação de plano de telefonia celular para deficientes auditivos com mensagens de texto;
- Apoio a Programas de Acessibilidade nas Assembleias Legislativas do RS, PB e AM, por meio de assinatura de Termo de Cooperação, visando a implementação de ações, programas, projetos e atividades complementares de interesse comum entre o Senado e as Assembleias Legislativas no campo da acessibilidade.
- Realização de ações educacionais com tradução por Libras, a exemplo da Oficina de Marcos Jurídicos.
- Disponibilização de materiais educacionais em PDF em atenção a deficientes visuais.

## 6.16. Ações socioambientais do Senado Federal

O Senado Federal é a mantenedora do ILB e possui forte atuação social porque age para além das funções legislativas em prol da promoção da igualdade de gênero e raça, do fortalecimento da democracia, da preservação do meio ambiente e outras tantas frentes de relevância social como se pode ver a seguir.

### **Portal da Transparência**

Para garantir que as informações administrativas e legislativas do Senado Federal estejam à disposição do cidadão de forma rápida, clara e simples, a Secretaria de Transparência realiza monitoramento e atualização dos dados disponibilizados no Portal da Transparência do Senado.



## **Constituição Transparente**

Desenvolvimento de página web contendo a Constituição Federal e com ferramentas de acessibilidade e transparência.

## **Catálogo de Dados Abertos**

Dados Abertos são representados em meio digital, processáveis por máquina, referenciados na rede mundial de computadores e disponibilizados sob licença que permita sua livre utilização. A disponibilização de dados administrativos e legislativos em formato aberto representa uma administração pública inovadora e transparente. Para o Senado Federal, a divulgação de informações aos cidadãos é fundamental e contribui para a solidez das políticas de participação social, de inovação tecnológica e para a integridade pública.

O Catálogo de dados abertos reúne todos os dados abertos do Portal do Senado. O catálogo completo em formato CSV pode ser encontrado [aqui](#).

## **Índice de Transparência dos Portais Legislativos.**

O Índice de Transparência dos portais legislativos – ITPL é um mecanismo de avaliação da transparência dos portais do Poder Legislativo, conforme as normas nacionais sobre o tema e as recomendações internacionais de boas práticas. Elaborado de forma conjunta pelo Senado Federal e pela Câmara dos Deputados, o índice é aplicável a todas as casas legislativas do país.

## **Painéis de Dados Públicos**

Elaboração de plataformas para visualização de dados públicos sobre diversos temas, a exemplo do Painel de Violência contra Mulheres<sup>24</sup> e sítios [normas.leg.br](http://normas.leg.br)<sup>25</sup> e [LexML](http://lexml.gov.br)<sup>26</sup>.

## **Levantamento de Dados de Opinião Pública**

O Instituto DataSenado acompanha, por meio de pesquisas, enquetes e análises, a opinião pública brasileira sobre o Senado Federal, a atuação parlamentar e temas em

---

<sup>24</sup>

<https://www9.senado.gov.br/QvAJAXZfc/opendoc.htm?document=senado%2FPainel%20OMV%20-%20Viol%C3%Aancia%20contra%20Mulheres.qvw&host=QVS%40www9&anonymous=true>

<sup>25</sup> <https://normas.leg.br/>

<sup>26</sup> <https://lexml.gov.br>



discussão no Congresso Nacional. Os dados levantados pelo DataSenado têm auxiliado em decisões de parlamentares e contribuído para uma melhor compreensão sobre como pensa a população brasileira.

### **Portal E-Cidadania**

O e-Cidadania é um programa criado em 2012 pelo Senado Federal com o objetivo de estimular e possibilitar maior participação dos cidadãos nas atividades legislativas, de fiscalização e de representação do Senado. Para se cadastrar no portal, é preciso ter um e-mail válido, informar o nome completo e cadastrar uma senha de acesso. Outra opção é realizar seu cadastro através das redes sociais Facebook ou Google. Em todos os casos, é necessário informar a unidade federativa de residência.

Existem quatro ferramentas de participação disponíveis no e-Cidadania:

- **Ideia Legislativa:** para enviar e apoiar ideias legislativas, que são sugestões de alteração na legislação vigente ou de criação de novas leis. As ideias que recebem 20 mil apoios são encaminhadas para a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), onde recebem parecer e podem ser transformadas em projetos de lei. As ideias com menos de 20 mil apoios ficam disponíveis para consulta no portal e podem inspirar os senadores a apresentarem proposições sobre o mesmo tema.
- **Evento Interativo:** espaço para participar de audiências públicas, sabatinas e outros eventos abertos enviando perguntas e comentários. Para cada audiência/sabatina/evento é criada uma página específica onde haverá transmissão ao vivo, espaço para publicação de comentários, apresentações, notícias e documentos referentes ao evento. Todos os participantes que enviarem perguntas e comentários, se publicados, podem imprimir uma declaração contendo sua participação.
- **Consulta Pública:** ferramenta para opinar sobre projetos de lei, propostas de emenda à Constituição, medidas provisórias e outras proposições em tramitação no Senado Federal até a deliberação final (sanção, promulgação, envio à Câmara dos Deputados ou arquivamento).
- **Oficina Legislativa:** oferece uma área para cadastro de professores do ensino básico e superior que tenham interesse em realizar oficinas legislativas com seus alunos. Para isso, o portal oferece o material didático necessário para a realização da atividade. As ideias legislativas elaboradas pelos alunos nas oficinas também





podem virar projetos de lei. Os professores recebem uma declaração de realização da oficina com os dados da instituição de ensino e a lista das ideias elaboradas por seus alunos.

### **Portal Siga Brasil e outras ferramentas sobre o orçamento público**

Com vistas a potencializar o controle social e a transparência sobre os gastos públicos, o Senado dispõe do SIGA Brasil, que é “(...) um sistema de informações sobre orçamento público federal, que permite acesso amplo e facilitado aos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira-SIAFI e a outras bases de dados sobre planos e orçamentos públicos. Esse acesso pode ser realizado pelo SIGA Brasil Painéis e pelo SIGA Brasil Relatórios”<sup>27</sup>. Uma das grandes vantagens do sistema *online* é permitir uma análise interativa e comparativa de dados públicos, inclusive, por cidadãos que não dispõem de informações aprofundadas sobre a classificação orçamentária. Desse modo, a composição dos painéis virtuais para consultas é segmentada em “Painel Cidadão” (sem exigência de domínio pelo usuário da classificação orçamentária); “Painel Emendas” (para consulta à execução das emendas do orçamento federal) e “Painel Especialista” (permite uma customização da análise com base em manipulação gráfica dos dados e classificação orçamentária).

O SIGA Brasil também possibilita a extração de relatórios prontos, abrangendo o período de 2001 a 2018. Ademais, o Senado também dispõe de uma página virtual<sup>28</sup> sobre o tema que, além de hospedar o sistema de informações sobre o orçamento público federal, oferta uma coletânea de estudos orçamentários produzidos pela Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, a legislação orçamentária atualizada, bem como uma série de vídeos educacionais intitulada Orçamento Fácil, que explica de forma didática o processo orçamentário público.

### **Programa Jovem Senador**

O Jovem Senador é um programa do Senado Federal que tem o objetivo de levar educação política para estudantes de ensino médio de escolas públicas estaduais.

<sup>27</sup> Mais informações sobre o Siga Brasil podem ser obtidas em <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>.

<sup>28</sup> <https://www12.senado.leg.br/orcamento>.



Por meio de um concurso nacional de redação, são selecionados 27 estudantes – um de cada estado e do Distrito Federal – que são proclamados jovens senadores ou senadoras.

Durante uma semana, os vencedores exercem um mandato parlamentar no Senado Federal, em Brasília-DF, durante o qual debatem e votam propostas que podem virar lei.

Enquanto parceiro da iniciativa, o ILB oferta oficinas e cursos dirigidos aos estudantes participantes e também seus professores, bem como participa enquanto júri do processo de seleção das redações finalistas. Mais informações sobre o programa podem ser consultadas em <https://www12.senado.leg.br/jovemsenador>.

### **Programa de Visitação do Congresso Nacional**

Juntamente com a Câmara dos Deputados, o Senado Federal mantém um programa destinado à visitação do público externo, durante os dias úteis e também nos finais de semana e feriados. Ao longo do receptivo guiado, os visitantes têm a oportunidade de conhecer os principais espaços e obras do Palácio do Congresso, fatos importantes da história da democracia e do País, bem como sanar dúvidas sobre o funcionamento do Poder Legislativo.

Além da oportunidade de visitação presencial, o Parlamento também oferece uma experiência de visitação por meio da visita virtual, mediante agendamento na página do Congresso.

### **Pró-Equidade**

A Comissão Diretora do Senado Federal, em decisão constante da Ata da Reunião de 13/07/2011, autorizou a adesão do Senado Federal ao Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Secretaria Especial de Políticas para Mulheres (SPM).

O Programa foi regulamentado por meio do Ato da Diretoria-Geral nº 7.227, de 2011 e da Portaria da Diretoria-Geral nº 2.240, de 2013, quando foi criado o Comitê-Gestor, incumbido de elaborar e executar um Plano de Ação que promova a equidade internamente. O Senado Federal, desde sua primeira participação, tem recebido o Selo Equidade, como forma de reconhecimento pelas ações desenvolvidas.

O Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça do Senado Federal vincula-se à Diretoria-Geral, cabendo a coordenação executiva à Secretaria de Gestão de Pessoas. Um dos objetivos do Programa é a criação de uma rede interna na promoção da equidade, por essa razão o Comitê-Gestor é composto de representantes de diversas unidades da Casa.



Os conteúdos desenvolvidos pelo Programa abrangem os temas:

- [Núcleos de Estudo;](#)
- [Indicadores de Gênero e Raça da Força de Trabalho do Senado Federal;](#)
- [Equidade de Gênero e Raça - Linha do Tempo.](#)

### **Museu do Senado Federal**

O Museu do Senado desde sua fundação, em 1991, possui a missão de adquirir, conservar, investigar, comunicar e expor os objetos históricos que compõem a memória e a história da Casa. O processo de musealização é destinado àqueles itens que extrapolam o patrimônio comum, porque representam a identidade de nossa Instituição, diretamente relacionados com a história de nosso país. São objetos de caráter histórico e artístico, provenientes das antigas sedes do Senado, como o Palácio Conde dos Arcos (1826-1925) e o Palácio Monroe (1925-1960), além daqueles incorporados a atual sede do Palácio do Congresso, em Brasília.

Entre eles, citam-se obras de arte e de mobiliário assinados por artistas e designers renomados, presentes protocolares, objetos de decoração ou até mesmo objetos pessoais relacionados a personalidades ilustres. Em suas coleções mais importantes, encontram-se artistas e designers como: Alfredo Ceschiatti, Athos Bulcão, Di Cavalcanti, Gustavo Hastoy, Fayga Ostrower, Maria Bonomi, Marianne Peretti, Oscar Niemeyer, Roberto Burle Marx, Rubén Zavallos, Sérgio Rodrigues, Tomie Ohtake, entre outros. Vale ressaltar que muitos deles possuem obras e projetos feitos com exclusividade para o Senado.

Anualmente o Congresso Nacional possui uma média de 180 mil visitantes, que buscam conhecer o interior do Palácio. Um verdadeiro ícone da arquitetura moderna brasileira, que faz do Museu, um importante aliado na construção e na manutenção dessa identidade. À medida em que visitantes desfrutam de exposições, sejam elas de longa duração ou temporárias, se deparam com salões harmonicamente decorados. Peças clássicas e modernas cuidadosamente dispostas, que retratam o equilíbrio entre as diferentes épocas do legislativo. Por isso, Câmara e Senado são considerados “museus-casa”, uma vez que seu acervo se encontra distribuído ou incorporado a diferentes ambientes, como áreas administrativas, gabinetes, salões, e até mesmo em seus respectivos plenários.

### **Programa de Estágio**



O objetivo do Programa de Estágios do Senado Federal<sup>29</sup> é a realização de estágios de nível superior, que promovam a integração entre os âmbitos acadêmico e profissional, de modo a complementar o aprendizado acadêmico, cultural e de relacionamento humano. O estágio é oferecido a estudantes de graduação, matriculados em instituição de ensino de nível superior que mantenha convênio com o Senado Federal.

Os candidatos ao estágio devem estar regularmente matriculados e com frequência efetiva no curso de graduação, cursando, pelo menos, uma matéria do 4º semestre do curso. A duração do estágio é de 6 (seis) meses prorrogáveis por mais 6 (seis) meses, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 1 ano, exceto para estagiários PcD – pessoa com deficiência, cujo prazo máximo é de 2 (dois) anos. O estagiário deverá cumprir a jornada de 4 horas diárias e 20 horas semanais de atividades, distribuídas nos horários de funcionamento da unidade de lotação e compatíveis com a grade horária do aluno na instituição de ensino. O estágio não acarreta vínculo empregatício de qualquer natureza com o Senado Federal.

### **Programa Jovem Aprendiz**

O Programa Jovem Aprendiz tem o objetivo de proporcionar aos jovens formação técnica profissional e aquisição de hábitos, experiência e atitudes que estimulem e favoreçam a inserção, reinserção e manutenção no sistema educacional e que auxilie na capacitação para ingresso no mercado de trabalho<sup>30 31 32</sup>.

Para participar, o jovem precisa cumprir alguns requisitos, como ter entre 14 anos e 17 anos e 11 meses de idade, ser morador do Distrito Federal, estar matriculado em uma escola da rede pública (a partir do 8º ano do ensino fundamental) e pertencer a uma família com renda per capita igual ou inferior ao salário mínimo. Após serem selecionados, os participantes são lotados em alguns setores da Casa, de acordo com a demanda de cada área. O ILB, enquanto órgão supervisionado do Senado Federal, não apenas recebe os

---

<sup>29</sup> Outras informações sobre o Programa de Estágio no Senado Federal podem ser obtidas em <https://www12.senado.leg.br/institucional/estagio>

<sup>30</sup> Mais detalhes em <https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2014/02/senado-vai-implantar-o-programa-menor-aprendiz>

<sup>31</sup> Mais detalhes em <https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2017/04/senado-da-as-boas-vindas-aos-novos-adolescentes-do-programa-jovem-aprendiz>

<sup>32</sup> Mais informações podem ser obtidas em <https://intranet.senado.leg.br/noticias/materias/2019/09/jovens-aprendizes-discutem-genero-gravidez-e-sexualidade-na-adolescencia>



juvêns aprendizes na condiçãõ de campo de trabalho, mas também promove açõs educativas em benefício desse público, a exemplo de palestras preventivas contra a violência e o assédio.

### **Difusão de boas práticas na Gestão Pública**

O Senado Federal, por meio de parcerias institucionais, fomenta a difusão de boas práticas na gestão pública. Um exemplo destas açõs é a parceria com outras casas legislativas por meio de acordos de cooperação técnica. Um dos focos da cooperação é o Programa Interlegis, gerido pelo ILB, que realiza oficinas técnicas e tecnológicas junto a câmaras de vereadores e assembleias legislativas de todo o País. Do mesmo modo, outras áreas do Senado, a exemplo da Ouvidoria, mantém estreito vínculo interinstitucional com vistas a compartilhar soluçõs no melhor atendimento das suas prerrogativas.

Por meio de eventos educacionais, com foco no público interno e externo, as áreas técnicas do Senado também têm efetuado um trabalho contínuo de intercâmbio de conhecimentos e soluçõs especializadas. Em 2021, por exemplo, um ciclo de palestras virtuais sobre contratações públicas foi promovido pela Diretoria-Geral e pela Secretaria de Contratações do Senado Federal, tendo como foco o debate da mudança do marco regulatório introduzida pela Lei n. 14.133/2021.

### **Promoção de práticas sustentáveis<sup>33</sup>**

Ao longo do tempo, a Casa amadureceu seu modelo de gestão sustentável, a partir das experiências de programas já extintos, como o Senado Verde.

O Senado possui, desde 2014, um Núcleo de Ações Socioambientais (NCAS), encarregado da realização de ações sociais e ambientais. No decorrer dessa história, o NCAS, em parceria com o Programa Interlegis, concebeu e desenvolveu a Oficina Presencial Câmara Legislativa Verde, promovendo a implantação de práticas ecologicamente corretas e a criação de planos de logística sustentável para casas legislativas parceiras.

Além disso, o Núcleo é responsável pelo cultivo de um viveiro, dedicado à preservação, à conscientização e à distribuição de mudas e sementes oriundas do Cerrado.

Em datas específicas, o Senado integra ações intersetoriais e interinstitucionais para a conscientização acerca da importância do meio ambiente, a exemplo da

<sup>33</sup> Algumas das informações foram extraídas do DGER.com – Agosto/2021.



distribuição de sementes de plantas nativas no dia 05 de junho, data alusiva à celebração mundial sobre a importância do meio ambiente.

Uma relevante iniciativa da qual o Senado é cofundador e participa refere-se à Rede Legislativo Sustentável, criada em 2019, em articulação com a Câmara dos Deputados e o Tribunal de Contas da União. Além de eventos virtuais relativos à sustentabilidade, especialmente no mês do meio ambiente, a cooperação permitiu a geração de outros produtos, a exemplo da publicação, em 2021, pelo Senado, da cartilha intitulada "Iniciativas Sustentáveis Para a Administração Pública – ISAP", com 355 boas práticas extraídas da experiência de 18 órgãos dos Poderes Legislativos, Judiciário e Executivo<sup>34</sup>.

Ressalta-se que, além dos benefícios para o meio ambiente, a implantação de práticas sustentáveis tem permitido a criação de uma cultura institucional sintonizada com valores fundamentais para a sociedade:

“Entre 2015 e 2018, 13 milhões de copos plásticos deixaram de ser usados, a economia de energia elétrica foi da ordem de 8% e se reduziu em cerca de 35% o consumo de água. Entre 2016 e 2019, a redução do consumo de papel chegou a 39%. Nesse contexto, foram implantados nos últimos anos os planos de Logística Sustentável, de Acessibilidade, de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e de Equidade de Gênero e Raça”<sup>35</sup>.

---

<sup>34</sup> Fonte: Dger.com – Agosto/2021

<sup>35</sup> Fonte: Dger.com – Agosto/2021



## 7. Relatório de Metas do PDI 2016-2020

### Situação das metas do eixo Ensino/Pesquisa/Inovação

EIXO: ENSINO/PESQUISA/INOVAÇÃO			
Objetivo/Meta	Descrição	Setor	Situação
<b>Objetivo 1</b>	<b>Capacitar Servidores e Parlamentares do Senado Federal e das demais Casas Legislativas.</b>		
Meta (a)	Implantar até 2017 novo curso de Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> em Análise de Constitucionalidade.	COESUP	Durante a vigência do PDI, foi concluída a 2ª edição da Especialização em Direito Legislativo. Como aprofundamento do eixo "Direito Legislativo", em articulação com a área de Processo Legislativo, iniciou-se a concepção do Curso Poder Legislativo e Direito Parlamentar.
Meta (b)	Implantar até 2017 novo curso de Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> em Gestão de Pessoas no Poder Legislativo.	COESUP	Executado o curso MBA em Gestão de Pessoas no Setor Público (em parceria com a UnB) e MBA em Gestão de Pessoas, e o MBA Gestão Integrada de Projetos (promovido integralmente pelo ILB).
Meta (c)	Implantar até 2018 novo curso de Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> em Processo Legislativo.	COESUP	Executados os cursos de Especialização em Avaliação de Políticas Públicas (2018) e Democracia, Direito Eleitoral e Poder Legislativo (2018, em parceria com o TSE).
Meta (d)	Capacitar, anualmente, 30 servidores em nível de Pós-graduação.	COESUP	Executado. Entre 2016 e 2020 foram formados 334 alunos nos cursos de Pós-graduação e extensão de nível superior, média superior a 60 por ano.
<b>Objetivo 2</b>	<b>Aprimorar a gestão e o Processo Legislativo.</b>		
Meta (a)	Criar grupo de estudos para avaliar os processos de gestão no âmbito do Instituto Legislativo Brasileiro até dezembro de 2016.	DEXILB	Foi elaborada minuta de Portaria instituindo o Comitê Técnico de Planejamento (COPLAN), com representantes das diversas coordenações do Instituto, do Escritório Setorial de Gestão e do Serviço de Apoio Técnico (ver anexo I).
<b>Objetivo 3</b>	<b>Implantar política de educação corporativa.</b>		
Meta (a)	Revisar 100% dos instrumentos de avaliação utilizados no âmbito dos programas de ensino do ILB até dezembro de 2016.	CPA	Executado. Todos os instrumentos de avaliação da CPA foram reformulados, testados e vêm sendo aplicados desde janeiro de 2017.

Meta (b)	Criar um projeto interno de formação pedagógica para as áreas de ensino do ILB até dezembro de 2017.	COTREN	A COTREN oferece desde 2015 cursos voltados à formação pedagógica de seu corpo docente. A última inovação refere-se à exigência de curso de formação para os facilitadores do Programa de Formação Gerencial.
<b>Objetivo 4</b>	<b>Modernizar as Casas Legislativas, provendo tecnologia da informação e instrumentos de comunicação.</b>		
Meta (a)	Desenvolver um programa de extensão para a difusão de instrumentos tecnológicos de informação e comunicação para as Casas Legislativas de todo o país até dezembro de 2017.	COPERI	Atendida pela execução das oficinas do Programa Interlegis, voltadas à difusão de tecnologias, e do Programa de Formação Legislativa.
Meta (b)	Realizar novo Censo das Casas Legislativas de todo o país até 2018.	COPERI	Atendida pela parceria com o DataSenado.
<b>Objetivo 5</b>	<b>Fortalecer comunicação e relacionamento em rede.</b>		
Meta (a)	Participar de todos os projetos de estudos técnicos e pesquisas desenvolvidas no âmbito do SEGU que sejam de interesse institucional.	COESUP	Executado. A COESUP tem representado o ILB em reuniões do SEGU e outros fóruns que tratam das escolas de governo.
<b>Objetivo 6</b>	<b>Ampliar resultados das parcerias institucionais.</b>		
Meta (a)	Garantir intercâmbio de cotas mínimas para que servidores de outras casas legislativas parceiras, bem como do Senado Federal, tenham acesso à formação de Pós-graduação diversificada e de interesse do Poder Legislativo.	COPERI	Atendida pela contínua ação de divulgação exercida pela COPERI junto aos veículos de comunicação e mídias sociais da casa e de instituições parceiras. E também pela abertura de vagas nos cursos de Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> para alunos especiais vindos de diversas Casas Legislativas do país.
Meta (b)	Desenvolver um estudo técnico para verificar a disponibilidade de realização de novas parcerias, a exemplo do curso interinstitucional de Pós-graduação em Orçamento Público, até dezembro de 2017.	COESUP	Executado. Desde 2013 o ILB vem firmando parcerias institucionais para o fornecimento de vagas nos cursos de extensão e Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> , como por exemplo com a ONU, o TSE, a ESD e outros.
<b>Objetivo 7</b>	<b>Inovar produtos e serviços.</b>		





Meta (a)	Criar um instrumento de difusão de casos de sucesso no âmbito do Poder Legislativo até dezembro de 2018.	COPERI	Atendida por intermédio da ação contínua da equipe de jornalismo da COPERI disseminando os casos de sucesso no Facebook, Instagram, outras redes sociais do ILB e do Senado Federal, bem como na participação de eventos promovidos por órgãos municipais, estaduais e federais.
Meta (b)	Criar uma política de incentivo à inovação e à melhoria contínua dos serviços do âmbito das Casas Legislativas até dezembro de 2018.	COPERI	Atendida com a realização de edições do EnGITEC, com a criação e lançamento do Panorama Legislativo Municipal, e com o estímulo à assinatura dos acordos de cooperação técnica, observando-se a nova normatização para o pacto.
<b>Objetivo 8</b>	<b>Incentivar a produção científica e tecnológica.</b>		
Meta (a)	Criar um projeto piloto de pesquisa para estudar o Poder Legislativo em nível municipal e estadual até dezembro de 2017.	COPERI	Atendida por meio do projeto da plataforma Panorama Legislativo Municipal.
Meta (b)	Propor uma política de incentivo aos estudos e pesquisas no âmbito do Senado Federal até dezembro de 2017.	DEXILB	Os grupos de estudo foram implementados em novembro de 2018.
Meta (c)	Publicar 100% dos estudos e pesquisas desenvolvidos com o apoio ou subsídio do Senado Federal.	DEXILB	Atendido como política de divulgação científica do Senado Federal.
Meta (d)	Realizar, bianualmente, Seminários de Estudos e Pesquisas no Poder Legislativo.	DEXILB	Atendido por meio de diversas ações de divulgação científica feitas internamente e pelo Senado Federal.
Meta (e)	Realização do Concurso Bial de Teses, Dissertações e Monografias do Senado Federal em 2017.	DEXILB	Atendido. Concurso realizado pela mantenedora.

### Situação das metas do eixo Corpo Docente

EIXO: CORPO DOCENTE			
Objetivo/Meta	Descrição	Setor	Situação
<b>Objetivo 1</b>	<b>Adequar o quadro efetivo qualitativa e quantitativamente.</b>		
Meta (a)	Integrar em todas as equipes de ensino do ILB profissionais com licenciatura ou especialização na área da educação.	DEXILB	Atendido por meio da implementação do Banco de Talentos.

Meta (b)	Levantar o quantitativo de pessoal necessário para a formação de quadro próprio de professores até dezembro de 2017.	DEXILB	Atendido por meio da implementação do Banco de Talentos.
<b>Objetivo 2</b>	<b>Promover a formação pedagógica dos educadores que atuam no ILB.</b>		
Meta (a)	Criar um plano de capacitação para a formação pedagógica dos educadores que atuam no ILB até dezembro de 2017.	COTREN/COPERI	A COTREN oferece desde 2015 cursos voltados à formação pedagógica de seu corpo docente. A última inovação refere-se à exigência de curso de formação para os facilitadores do Programa de Formação Gerencial. Meta atendida por meio também da Formação de multiplicadores voluntários para as Oficinas Interlegis
Meta (b)	Capacitar 100% do corpo docente dos cursos de Pós-graduação em didática.	COESUP	Atendido por meio de atividades didático-pedagógicas implementadas a cada novo curso.
<b>Objetivo 3</b>	<b>Incentivar a participação democrática de docentes na elaboração e avaliação de projetos educacionais.</b>		
Meta (a)	Consultar 100% do corpo docente no desenvolvimento de novas propostas pedagógicas no âmbito da Pós-graduação.	COESUP	Atendida como procedimento usual para a elaboração, revisão e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos de extensão e Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> .
Meta (b)	Realizar, em 100% dos cursos de Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> , uma oficina de avaliação das ações de capacitação desenvolvidas pelo ILB com a participação dos professores.	COESUP	Atendido como procedimento usual para avaliação e correção de rumos dos cursos.
<b>Objetivo 4</b>	<b>Incentivar a participação de docentes em eventos educacionais.</b>		
Meta (a)	Divulgar junto ao corpo docente dos cursos de Pós-graduação as oportunidades de eventos educacionais na respectiva área de saber.	COPERI/ DEXILB	Executado.



Meta (b)	Estabelecer, ao menos, uma parceria anual para a oferta gratuita ou com desconto em eventos educacionais para os docentes dos cursos de Pós-graduação.	DEXILB	Executado por meio da política de pessoal do Senado Federal, e também por meio de eventos, como o CIAED.
----------	--	--------	--

### Situação das metas do eixo Processos Internos

EIXO: PROCESSOS INTERNOS			
Objetivo/Meta	Descrição	Setor	Situação
<b>Objetivo 1</b>	<b>Aperfeiçoar arquitetura e implantar sistemas de informações gerenciais.</b>		
Meta (a)	Implantar um sistema de gestão acadêmica na Secretaria Acadêmica do ILB até dezembro de 2017.	SEAT	Foi cumprida com o treinamento específico dos servidores do Serviço de Secretariado Acadêmico (SESEA), com a adoção do sistema SOLIS GE (antigo SAGU).
Meta (b)	Implantar a política de gestão arquivística na Secretaria Acadêmica do ILB até dezembro de 2016, com base nas normas do Senado Federal e do MEC.	SEAT	Foi realizado um diagnóstico da situação arquivística no âmbito do ILB, bem como a atualização dos códigos de classificação. Os novos códigos foram objeto de treinamento dos servidores do SESEA, por parte da Coordenação de Arquivo da Secretaria de Gestão de Informação e Documentação.
<b>Objetivo 2</b>	<b>Ampliar a autonomia de gestão.</b>		
Meta (a)	Fortalecer os fóruns democráticos de decisão (Comitê científico-pedagógico e CPA) por meio da produção de cartilhas explicativas até dezembro de 2016.	COPERI	Cartilhas impressas: “CPA – Comissão Própria de Avaliação” e “Comitê Científico-Pedagógico”.
Meta (b)	Atualizar o planejamento estratégico do ILB até dezembro de 2016.	COPERI	ILB e Comissão Científico do Senado. Planejamento Estratégico do ILB.
<b>Objetivo 3</b>	<b>Adotar melhores práticas de comunicação e transparência.</b>		

Meta (a)	Utilizar o <i>site</i> do ILB como instrumento de publicização de 100% dos projetos, normas e atas desenvolvidas no âmbito do ILB.	DEXILB	Foram realizados esforços para atualização tanto do <i>site</i> do ILB quanto da página da intranet para melhor comunicação com a comunidade em geral. A intranet atinge a totalidade dos servidores da Casa e tem destaque para o item Educação, no qual são explicitadas todas as notícias pertinentes ao ILB, tais como abertura de cursos, seleção de colaboradores educacionais e capacitação externa, dentre outros.
Meta (b)	Atender 100% de todos os pedidos de informação interna e externa no prazo máximo de 5 dias úteis.	DEXILB	Atendido.
<b>Objetivo 4</b>	<b>Fomentar a participação do cidadão.</b>		
Meta (a)	Criar um canal de relacionamento com o cidadão via redes sociais até dezembro de 2016.	COPERI	Atendida pelas mídias sociais do ILB, do Programa Interlegis e do Senado Federal.
Meta (b)	Garantir em todos os fóruns democráticos de decisão a participação de representantes do corpo discente e docente.	DEXILB	Atendido por meio de atos internos do ILB que garantem a participação docente e discente no CCP e ainda a participação da sociedade civil na CPA.
<b>Objetivo 5</b>	<b>Aumentar a eficiência institucional pelo uso de recursos tecnológicos e de comunicação.</b>		
Meta (a)	Utilizar em 100% dos processos de geração de documentos do ILB o sistema de processos digital Sigad.	ILB	Executado.
<b>Objetivo 6</b>	<b>Institucionalizar procedimentos administrativos.</b>		
Meta (a)	Disponibilizar 100% de formulários em modelo eletrônico até dezembro de 2016.	ILB	Executado.
Meta (b)	Mapear 100% dos processos administrativos da Coordenação de Educação Superior até dezembro de 2018.	SEAT	Executado.
<b>Objetivo 7</b>	<b>Revisar Marcos Regulatórios.</b>		



Meta (a)	Revisar o regulamento dos Cursos Pós-graduação <i>Lato Sensu</i> do ILB até dezembro de 2016.	SEAT	Foram promovidas alterações no Regulamento da Pós-graduação. O trabalho é contínuo, pois visa adequar os procedimentos desta Escola às experiências adquiridas em cada curso realizado, em decorrência da participação ativa de docentes e discentes.
Meta (b)	Criar o marco regulatório para concessão de afastamento para estudo no exterior ou participação em programa <i>stricto sensu</i> no país (arts. 95 e 96-A da Lei 8112/1990) até dezembro de 2016.	DEXILB	A Portaria do ILB nº 1, de 2017, que dispõe sobre a concessão de afastamentos dos servidores do Senado Federal para participarem de programa de Pós-graduação <i>stricto sensu</i> foi publicada no Boletim Administrativo do Senado Federal em 20/07/2017.
Meta (c)	Criar um marco regulatório para a difusão de conhecimentos dos beneficiados com apoio parcial ou total, em pecúnia ou liberação do horário regular de trabalho, para participação em atividade de capacitação em nível de Pós-graduação, até dezembro de 2017.	SEAT	Termos normativos que disciplinam a matéria constituem regra do Regulamento Administrativo do Senado Federal (RASf), no qual acha-se estipulada a política de disseminação e de aplicação do conhecimento adquirido na Pós-graduação. De conformidade com nossos dispositivos legais, quando requisitado pelo ILB, o servidor beneficiado com incentivos do Senado Federal para participar de programa de Pós-graduação, sem a percepção de qualquer pagamento, inclusive a GEEC, deverá difundir os novos conhecimentos em palestras, seminários ou aulas.
<b>Objetivo 8</b>	<b>Implantar Plano de Capacitação para o Legislativo.</b>		
Meta (a)	Desenvolver um modelo integrado do Plano de Capacitação para o Legislativo que abranja todos os programas de ensino do Instituto até dezembro de 2017.	COPERI	Atendido por meio do Plano de Capacitação do Senado Federal e pelo Programa de Formação Legislativa.
Meta (b)	Produzir relatório anual de avaliação do Plano de Capacitação para o Legislativo.	COPERI	Em função da publicação e oficialização do Plano de Capacitação do Senado Federal, em 28 de junho de 2017, após o término das atividades do ILB são elaborados e publicados os relatórios devidos.
<b>Objetivo 9</b>	<b>Implantar sistemas de planejamento, execução e controle financeiro.</b>		

Meta (a)	Implantar, em todos os processos administrativos de cursos de Pós-graduação, relatórios parciais de controle de execução orçamentária até dezembro de 2016.	COADFI	A extração de relatórios e o controle da execução dos cursos de Pós-graduação são realizados a partir do Sistema Instrutoria, onde se registram todos os pagamentos referentes à GECC.
Meta (b)	Desenvolver modelo de prestação de contas da execução de atividades que fazem jus ao pagamento de encargos de curso ou concurso até dezembro de 2016.	COADFI	O DashBoardGECC emite vários relatórios (individuais, consolidados, por facilitador, por exercício e outros). São extraídos <i>prints</i> desses relatórios, que passam a instruir os processos de pagamento.
<b>Objetivo 10</b>	<b>Aferir e evidenciar custos e resultados.</b>		
Meta (a)	Criar indicadores de execução e controle financeiro até dezembro de 2017.	COADFI	O controle é realizado por meio de relatório que demonstra a execução dos recursos, detalhados por item do Plano de Contratações.
Meta (b)	Apresentar, anualmente, relatório dos resultados alcançados pelo ILB.	COPERI	Meta cumprida.

### Situação das metas do eixo Corpo Técnico

EIXO: CORPO TÉCNICO			
Objetivo/Meta	Descrição	Setor	Situação
<b>Objetivo 1</b>	<b>Promover integração, cultura e clima organizacional.</b>		
Meta (a)	Envolver 100% de todas as equipes do ILB na fase 2 do projeto “Desenvolvimento de Equipes” até dezembro de 2016.	COTREN	Atendido.
Meta (b)	Capacitar 100% dos gestores do ILB no Programa de Formação Gerencial até dezembro de 2016.	COTREN	Atendido por meio do PFG.
Meta (c)	Realizar uma campanha interna anual para a conscientização das prioridades organizacionais da Escola, a exemplo da campanha sobre o credenciamento do ILB.	SEAT	Tivemos uma exitosa campanha realizada em 2016, e em 2017 procedemos a ampla divulgação do credenciamento do ILB junto ao MEC, que nos levou à realização de palestras e oficinas de trabalho.
		COPERI	Atendida pelas campanhas “Credenciamento fase 1”, “Programa de Formação Gerencial”, “Fique por dentro” e “Credenciamento fase 2”.
<b>Objetivo 2</b>	<b>Adequar o quadro efetivo qualitativa e quantitativamente.</b>		



Meta (a)	Contratar via concurso público ou captar internamente no Senado Federal profissionais com formação ou interesse pela área de treinamento e desenvolvimento de pessoas.	DEXILB	Além da captação de colaboradores educacionais para as ações e projetos desenvolvidos pelo ILB, o Instituto tem buscado novos integrantes para compor seu corpo técnico por meio de anúncios na intranet, convites individuais e utilizando-se do Sistema de Recrutamento Interno.
Meta (b)	Capacitar, anualmente, as equipes do ILB para o desenvolvimento de expertise em diagnóstico, planejamento, execução, controle e avaliação pedagógica.	COTREN	Atendido por meio da execução de cursos presenciais, a distância e híbridos a respeito de melhores práticas pedagógicas.
		DEXILB	Foram realizadas ações nesse sentido, sendo de importância destacar três delas: atividade pontual realizada em 2015, por meio de parceria com a Enap; Encontro de Educação Legislativa, em 2016; Curso de Andragogia, ministrado em maio de 2017, dirigido ao corpo técnico.
Meta (c)	Capacitar o corpo técnico da Coordenação de Educação Superior para a gestão da secretaria acadêmica até dezembro de 2016.	COESUP	Em 2014, os servidores do Serviço de Secretariado Acadêmico receberam treinamento em registro acadêmico. Em 2016, participaram dos cursos de SIGAD e SEGU. A partir de 2020 se iniciou processo de desenvolvimento interno de Sistema de Gerenciamento Acadêmico, que está em fase de finalização.
<b>Objetivo 3</b>	<b>Implantar gestão por competências.</b>		
Meta (a)	Criar um projeto-piloto de gestão por competências no âmbito do ILB até dezembro de 2018.	DEXILB	Meta não corresponde mais à metodologia de Gestão de Recursos Humanos adotada pela mantenedora, Senado Federal.

### Situação das metas do eixo Infraestrutura

EIXO: INFRAESTRUTURA			
Objetivo/Meta	Descrição	Setor	Situação
<b>Objetivo 1</b>	<b>Assegurar a unificação física, administrativa, financeira e tecnológica.</b>		
Meta (a)	Desenvolver um estudo de viabilidade de unificação das sedes do ILB até dezembro de 2017.	DEXILB	Atendida em 2020.
<b>Objetivo 2</b>	<b>Implantar a política de acessibilidade do Senado Federal no âmbito do Instituto.</b>		



Meta (a)	Desenvolver estudo de acessibilidade do Instituto com a participação de servidores com necessidades especiais até dezembro de 2016.	DEXILB	A mantenedora publicou o Plano de Acessibilidade do Senado Federal, que tem por objetivo promover a acessibilidade e a inclusão de pessoas com deficiência e garantir a sua participação plena e efetiva no convívio diário com a atividade pública do Senado Federal. A Portaria da Diretoria-Geral nº 650 de 2016 instituiu Grupo de Trabalho que foi responsável pelo monitoramento das ações, revisão e atualização do documento. O bloco 12, sede principal do ILB e onde se encontra a maior parte da estrutura do ILB está adaptado. Os cursos a distância sofreram adaptações de modo a atender aos requisitos de acessibilidade.
Meta (b)	Adquirir cadeiras adaptadas para pessoas com alto padrão corpóreo até dezembro de 2017.	COADFI	Executado.
Meta (c)	Reformar os banheiros da unidade de ensino até dezembro de 2017.	COADFI	Executado.
<b>Objetivo 3</b>	<b>Investir na atualização tecnológica dos recursos disponíveis.</b>		
Meta (a)	Adquirir novos equipamentos para a central de vídeo do ILB até dezembro de 2018.	COADFI	Aquisição em andamento.

